

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME

O Globo

Título: Petrobras e Exxon salvam leilão de petróleo	4
Título: Dia das vendas	6
Título: Poder em Jogo	7

O Estado de S. Paulo

Título: Leilão de petróleo e gás registra ágio de 1.556,05%	15
Título: Estrangeiros arrematam usinas da Cemig	18
Título: Com leilão, tarifas devem subir até 1%	20

Folha de S. Paulo

Título: A encrenca da Renca	26
---	----

Correio Braziliense

Título: Agenda de privatizações avança	38
--	----

Valor Econômico

Título: ANP obtém bônus recorde na 14ª Rodada	44
Título: Destaques	47
Título: Hidrelétricas da Cemig são vendidas por R\$ 12 bilhões	50

Sumário

VEÍCULO: O Globo	4
Título: Petrobras e Exxon salvam leilão de petróleo	4
Título: Dia das vendas	6
Título: Poder em Jogo	7
Título: Apetite estrangeiro	8
Título: Perfil - Estatal chinesa é destaque da disputa	9
Título: Análise - Equipe econômica respira aliviada com resultados	10
Título: Resultados mostram que país ainda atrai grandes investidores	11
Título: Protesto acaba em confusão	13
Título: Com cenário político e EUA, dólar volta a encostar em R\$ 3,20	14
Título: Nota	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Leilão de petróleo e gás registra ágio de 1.556,05%	15
Título: Leilões arrecadam mais que o previsto	17
Título: Estrangeiros arrematam usinas da Cemig	18
Título: Elétrica agora terá de investir em distribuição	20
Título: Com leilão, tarifas devem subir até 1%	20
Título: Manifestantes ameaçam invasão e são expulsos	21
Título: Fora da Renca, soja ilegal avança no Amapá	21
Título: Notas	23
Título: Notas	23
Título: Como avaliar estes leilões	24
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	26
Título: A encrenca da Renca	26
Título: Leilões indicam que investidores preferem projetos com baixo risco	27
Título: Leilão de usinas hidrelétricas deve aumentar tarifas em 1%	28
Título: Leilão de usinas vira batalha entre Pimentel e oposição em MG	30

Título: China lança alerta sobre qualidade do ar e cancela licenças de mineração.....	31
Título: Em leilão, Petrobras lidera ofertas com Exxon e turbina receita do governo	32
VEÍCULO: Correio Braziliense	33
Título: Concessões rendem R\$ 16 bi ao governo	33
Título: Estrangeiros levam usinas da Cemig.....	34
Título: <i>Perdedora</i>	35
Título: Empresas de olho no pré-sal.....	35
Título: Meta fiscal ainda é dúvida	36
Título: <i>BNDES devolverá R\$ 33 bi ao Tesouro</i>	37
Título: Agenda de privatizações avança	38
Título: Protestos no Rio e em São Paulo	39
Título: Pela Metade	39
VEÍCULO: Valor Econômico	41
Título: Aço brasileiro tem prazo para escapar de tarifa americana	41
Título: Relatório projeta danos de um eventual vazamento de óleo na foz do Amazonas	42
Título: ANP obtém bônus recorde na 14ª Rodada	44
Título: Ágio fortalece liberação adicional do orçamento	45
Título: Destaques	47
Título: Exxon e Petrobras são protagonistas na Bacia de Campos	47
Título: Hidrelétricas da Cemig são vendidas por R\$ 12 bilhões	50
Título: Estatal mineira deve focar na venda de outros ativos.....	52
Título: Paranapanema vai investir para ganhar em custos e margens	53
Título: Cresce fila de grupos que olham a Braskem	55
Título: Destaques	56
Título: Leilões superam expectativa e geram R\$ 15,8 bi à União	57

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa, Ramona Ordoñez e Marina Brandão****Título: Petrobras e Exxon salvam leilão de petróleo**

Com lances agressivos por blocos na Bacia de Campos, 14ª Rodada tem maior arrecadação da história

Em uma espécie de teste para os leilões do pré-sal no mês que vem, a 14ª Rodada de Licitações surpreendeu, com uma arrecadação histórica de R\$ 3,8 bilhões, acima das previsões, que oscilavam de R\$ 500 milhões a quase R\$ 2 bilhões, e a maior para um leilão de áreas do pós-sal. O resultado só fica atrás do leilão da área de Libra, no pré-sal. A responsável pelo resultado positivo foi a Petrobras, que entrou pesado na reta final da disputa, pagando R\$ 3,4 bilhões por seis blocos na Bacia de Campos, em parceria com a gigante americana ExxonMobil. A dupla foi responsável pelo maior lance do leilão, de R\$ 2,24 bilhões. Foi também a primeira grande participação da estatal num certame após o escândalo de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato. No momento em que o governo busca recursos para reforçar o caixa, a Petrobras contribuiu para que o leilão registrasse o maior ágio da história.

De acordo com Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o ágio médio chegou a 1.556,05%, o maior já registrado nos leilões. Dos 287 blocos ofertados ontem, só 37 foram arrematados, ou 12,89%. Das 17 empresas vencedoras, sete são estrangeiras. Das nove bacias ofertadas, a de Campos foi a mais disputada. Competiram com a Petrobras empresas que se reuniram em consórcios, como Shell e Repsol, além de Total e BP. A chinesa CNOOC e a australiana Karoon também fizeram ofertas por áreas na Bacia de Campos. Para o presidente da Petrobras, Pedro Parente, a companhia foi seletiva: — Nós falamos o tempo todo que seríamos seletivos e que consideraríamos o conjunto das ofertas nos leilões. E nós concorremos com empresas do primeiro quilate das empresas globais. Isso demonstra o valor desses blocos que estavam sendo leiloados. Fomos realmente seletivos.

‘SUCESSO NÃO É DADO PELO NÚMERO DE BLOCOS’

Esses blocos ficam próximos aos campos do pré-sal, o que eleva a possibilidade de que contenham reservas de petróleo. Parente destacou que há grande potencial para esses blocos. — A Petrobras é a empresa que detém o maior conjunto de informações sobre o offshore (mar) brasileiro. Portanto, não pagaríamos o valor que pagamos se não tivéssemos informações de que isso vale. A Exxon é a maior empresa de petróleo do mundo — observou Parente. Na entrevista após o leilão, indagado sobre a atuação da estatal, o **ministro de**

Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse que a Petrobras não falou com o governo sobre a sua estratégia: — Não (falamos). É a estratégia da empresa. Tive a oportunidade de falar agora com Pedro Parente. Fico feliz de ver uma empresa que ainda tem apetite. O que queremos é promover o ambiente de exploração e competição.

Se não fosse o apetite da Petrobras, o resultado do leilão teria sido fraco, dizem especialistas. Bacias como a de Pelotas, no Rio Grande do Sul, não tiveram ofertas. Na Bacia do Paraná, que teve a oferta de blocos suspensa pela Justiça na última rodada, apenas um campo foi arrematado pela Petrobras. Foram ofertados 11 blocos. Em Santos, dos 76 blocos, só um campo foi arrematado pela australiana Karoon, e recebeu aplausos em meio ao baixo número de ofertas. Na Bacia do Espírito Santo, dois blocos foram arrematados, dos sete ofertados. Entre as bacias terrestres maduras, como Potiguar, Sergipe-Alagoas, Recôncavo e Espírito Santo, dos 154 blocos ofertados, 18 ficaram nas mãos de nove empresas, como Geopark, Petroil, Tek, Guindaste e a estreante Bertek, entre outras. Oddone, da ANP, elogiou o resultado: — Houve oferta variada de áreas. Conseguimos. Tem atividade nova em várias bacias.

O sucesso de leilão não é dado pelo número de blocos arrematados e sim pelas empresas diferentes. A garantia do sucesso é dada pelo aumento no número de empresas e pelo aumento de investimento no futuro. Segundo Alfredo Renault, professor da PUC, presente no certame, o sucesso foi concentrado na Bacia de Campos. Especialistas destacaram as ofertas da Repsol e da chinesa CNOOC por dois dos sete blocos marítimos na Bacia do Espírito Santo. Na Bacia de Sergipe-Alagoas, dos 11 blocos no mar, dois foram arrematados pelo consórcio formado pela Exxon, Queiroz Galvão e a estreante Murphy. — Isso mostra que offshore é a vocação do país. E a Bacia de Campos é o destaque — disse Renault. O secretário da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico do Rio, Christino Áureo, presente no leilão, afirmou que os efeitos na economia do Rio estarão concentrados na arrecadação de royalties quando os blocos entrarem em produção:

— O sucesso do leilão confirma a perspectiva de retomada do crescimento econômico, que ocorrerá não só no setor de petróleo, mas em outras áreas. Os resultados mostram o forte potencial da rodada de licitação do pré-sal em outubro. Segundo a Firjan, o Rio representa 95% da arrecadação de bônus de assinatura no leilão. “As expectativas para o mercado de petróleo e gás são de retomada com o início de novos ciclos de desenvolvimento, mas que dependem de fatores como o preço do barril no mercado internacional e os desejados avanços econômicos do país”, disse, em nota. Para Carlos Priolli da Alvarez & Marçal, o resultado mostra que o Brasil volta a despertar o interesse de estrangeiros. No próximo mês o país terá dois leilões de pré-sal: — É um sinal de

que os investidores estrangeiros vão voltar com apetite ao Brasil e têm demonstrado interesse nas oportunidades de privatizações.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Míriam Leitão e Alvaro Gribel

Título: Dia das vendas

Foi um sucesso. Em algumas horas de ontem, o governo arrecadou quase R\$ 16 bilhões vendendo usinas hidrelétricas e blocos de exploração de petróleo, atraiu empresas estrangeiras e recuperou um investidor de petróleo que tinha ido embora do Brasil. Mesmo assim, não se pode dizer que o governo tenha uma política energética. Os leilões têm o objetivo de cobrir gastos de custeio.

No petróleo, o governo vendeu pouco do que ofereceu, apenas 13%. Mas isso não é o fracasso que parece. Primeiro, porque com os 37 blocos vendidos o governo arrecadou quase quatro vezes mais do que havia inicialmente calculado. Segundo, porque os 250 que não foram arrematados serão colocados, como explicou o **ministro Fernando Coelho Filho**, numa espécie de leilão permanente. Muitos deles vêm de outros leilões e são mesmo mais difíceis de conseguirem interessados. Em geral, por serem em terra. Passarão a constar no site da ANP como oferta para quem se interessar. O investidor pode fazer uma oferta e se nenhuma outra empresa fizer uma proposta melhor ele pode levar. Terceiro, porque conseguiu atrair investidores para o setor de petróleo e gás no Brasil, inclusive a ExxonMobil, que tinha saído. O leilão de ontem é uma espécie de esquentar para duas rodadas do pré-sal que serão feitas ainda este ano.

Desta vez, sem as amarras da obrigatoriedade de a Petrobras estar em todos os campos e com um índice menor de conteúdo nacional. O melhor momento para realizar leilões foi naqueles cinco anos que o governo passado perdeu discutindo a mudança do marco regulatório, mas a visão de especialistas, como Adriano Pires, é que foi um sucesso a 14ª Rodada. Em outro leilão no mesmo dia, o governo Temer vendeu as quatro hidrelétricas que eram da Cemig. Em uma entrevista que me concedeu e que irá ao ar hoje à noite na Globonews, o ministro Fernando Coelho Filho disse que essas usinas estavam num vazio. Tinham sido da Cemig, mas a concessão fora cassada pela MP 579 ano passado e este ano e, portanto, não eram mais da estatal mineira e isso teria que ser resolvido.

Como se sabe, esse presente com o qual o governo Temer conseguiu arrecadar R\$ 12,1 bilhões ontem foi dado pela ex-presidente Dilma, que nesta controversa MP de 2012 interferiu no setor de energia provocando inúmeras sequelas que

tiveram que ser corrigidas nos anos seguintes. A Cemig brigou na Justiça para manter a concessão das usinas de São Simão, que ficou com os chineses da Spic Pacific Energy, Jaguará e Miranda, com os franceses e belgas da Engie, e Volta Grande, que ficou com os italianos da Enel. Estava presente no leilão mas não apresentou proposta. — A Cemig tem um endividamento muito elevado, de R\$ 17 bilhões, o que significa mais de 5 vezes o Ebitda da companhia.

E o leilão exigia grandes aportes de capital. Então esse pode ter sido um motivo — disse Claudio Sales, do Instituto Acende Brasil. O sucesso comemorado ontem não foi por acaso, segundo especialistas do setor. — Existe uma mudança grande na condução do setor elétrico brasileiro, e isso já está fazendo toda a diferença. Em todos os órgãos reguladores, há pessoas de grande experiência e currículo. O ministro, embora não sendo da área, soube montar uma grande equipe — afirmou. Contudo, o governo não tem ainda uma política energética para enfrentar os gargalos de forma mais estrutural. Os reservatórios estão em níveis muito baixos e de novo o apagão está sendo evitado com as térmicas de alto preço e alta emissão.

No ano passado, em dezembro, o governo cancelou um leilão de reserva com as novas renováveis sob o argumento de que havia energia excedente no sistema. O Brasil está há cinco anos com níveis muito baixos de água nos reservatórios e tem alta dependência da energia hidrelétrica. O que tem protegido o Nordeste de uma crise é a energia eólica. Outra política necessária é a recuperação dos rios brasileiros. A privatização das usinas hidrelétricas e o leilão de petróleo foram realizados ontem para o governo cobrir gastos de custeio, liberar parte do contingenciamento e cumprir a meta de R\$ 159 bilhões de déficit. Está vendendo ativos para pagar a conta diária.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Política / colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder em Jogo

Atração principal

Espectadores da 14ª Rodada da ANP, realizada ontem no Rio, viram um leilão morno, com muitas áreas sem lances e bônus acumulados a milhas de distância do que o governo previra. Até que veio a Petrobras. E salvou o que parecia se encaminhar para um fiasco. O **ministro Fernando Coelho Filho** negou qualquer acerto prévio com a estatal. Mas, pelo ágio nas áreas arrematadas em consórcio com a ExxonMobil — em apenas uma delas chegou a 1.556% —, deixou dúvidas no ar.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ana Paula Ribeiro e Ana Paula Machado****Título: Appetite estrangeiro**

Governo arrecada R\$ 15,9 bilhões com leilões de usinas da Cemig e de blocos de petróleo.

Em um único dia, o governo federal registrou um reforço de caixa de R\$ 15,9 bilhões com a venda de quatro usinas hidrelétricas da Cemig e 37 blocos arrematados na 14ª Rodada de Licitações no Rio, numa disputa que contou com lances agressivos de um consórcio formado por Petrobras e Exxon. Os leilões de infraestrutura foram uma espécie de teste de resistência para o governo de Michel Temer, que enfrenta a segunda denúncia da Procuradoria-Geral da República na Câmara dos Deputados. As hidrelétricas foram responsáveis pela maior parte da arrecadação: R\$ 12,13 bilhões, num certame marcado pela pressão política da bancada mineira, que tentou, até o último minuto, evitar que a empresa perdesse as usinas. O valor superou o mínimo previsto pelo governo, com ágio de 9,7%. As vencedoras foram companhias estrangeiras, com destaque para a chinesa State Power Investment Corporation (Spic) Pacific Energy, que arrematou a Usina de São Simão por R\$ 7,18 bilhões, ágio de 6,51% em um lance equivalente a mais da metade do montante arrecadado no leilão. A franco-belga Engie (ex-Tractebel) ficou com as hidrelétricas de Jaguará (por R\$ 2,17 bilhões e ágio de 13,59%) e Miranda, com lance de R\$ 1,36 bilhão, ágio de 22,4%.

Nos dois casos, a franco-belga derrotou a italiana Enel, que acabou ficando com a Usina de Volta Grande, pela qual ofereceu R\$ 1,41 bilhão, ágio de 9,84%. Temer comemorou o resultado em sua conta no Twitter: “Nós resgatamos definitivamente a confiança do mundo no Brasil. Leilão das usinas da Cemig rendeu R\$ 12,13 bilhões, acima da expectativa do mercado”, escreveu. Nas redes sociais, o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, do PT, protestou, em vídeo, contra o resultado. “Tentamos de todas as formas possíveis uma negociação com a União que permitisse que a Cemig continuasse operando essas usinas, infelizmente não encontramos espaço no governo federal para atender essa justa demanda dos mineiros”, afirmou. Para o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, o resultado do certame mostra que há interesse por parte dos investidores no Brasil e em ativos do setor de energia. — O leilão teve ágio, isso demonstra que a percepção de risco em relação a essas usinas não foi significativa. Esse leilão também dá uma contribuição importante para o ajuste fiscal do país — disse Pedrosa, logo após o leilão.

IMPACTO NA TARIFA DE NO MÁXIMO 1%

Gustavo Labanca, diretor de Novos Negócios da Engie, minimizou as preocupações com eventuais questionamentos: — O resultado desse leilão é irreversível. O problema jurídico é do governo federal — afirmou, informando que a empresa buscará financiamento no mercado local para o pagamento da outorga. O dinheiro das outorgas entra no caixa do governo no fim de novembro, 20 dias após a assinatura dos contratos. Segundo Romeu Rufino, Diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o leilão terá impacto no preço das tarifas, mas ele será de, no máximo, 1% nas distribuidoras que recebem energia das usinas leiloadas: — Tem um efeito, mas ele é diluído e não será significativo. Prevejo em menos de 1%. Marcos Ganut, diretor-executivo de infraestrutura da Alvarez & Marsal, diz que o resultado mostrou que os ativos da Cemig eram interessantes, até porque a empresa sempre foi considerada boa gestora. — É um volume expressivo de recursos. Havia o temor de que os interessados não tivessem tempo para levantar esses montantes. O resultado mostrou que houve interesse de participantes que têm boas condições financeiras — avaliou.

As quatro usinas leiloadas voltaram para as mãos da União porque a Cemig não aceitou as condições de renovação que passaram a vigorar a partir da medida provisória 579, de 2012. A estatal mineira tentou um acordo com o governo e recorreu à Justiça, mas não conseguiu impedir o leilão. Na véspera da disputa, moveu nova ação cautelar no Supremo Tribunal Federal (STF), mas não obteve sucesso. Endividada e sem conseguir se desfazer de alguns ativos custosos, a Cemig perdeu, com o leilão das quatro usinas, 35% de sua capacidade de geração, segundo analistas, que estimam que o segmento de geração de energia representa cerca de 25% do lucro operacional da companhia. Procurada ontem, a Cemig não quis comentar o assunto. Thais Prandini, diretora-executiva da Thymos Energia, diz que os ativos leiloados são muito bons e que a Cemig só ficou de fora da disputa por falta de condições financeiras. — A empresa não participou dos leilões pelo seu nível de endividamento e também porque não conseguir se desfazer dos ativos que tenta vender — afirmou Prandini. A Cemig precisa desembolsar, para o pagamento de dívidas, R\$ 4 bilhões neste ano. Além disso, tem de fazer, até novembro, o pagamento referente a uma opção de venda de ações na Light, na qual tem participação de cerca de 50%.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ana Paula Ribeiro e Ana Paula Machado****Título: Perfil - Estatal chinesa é destaque da disputa**

SPIC PACIFIC ENERGY

Companhia leva maior hidrelétrica e já faz planos de participar de outros leilões

A chinesa State Power Investment Corporation (Spic) Pacific Energy, que arrematou a Usina de São Simão, por R\$ 7,18 bilhões, está no Brasil desde o ano passado, quando comprou a Pacific Hydro, empresa que opera duas usinas eólicas na Paraíba, com potência instalada de 58 MW. A aquisição de São Simão é a primeira incursão do grupo na geração hidrelétrica no país, que, segundo a presidente da Spic, Adriana Waltrick, está em linha com a estratégia de concentrar a atuação em energias renováveis.

— É nosso primeiro investimento em hidrelétrica no Brasil, e vamos participar de outros leilões de geração que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) promover. Não temos interesse em entrar no segmento de distribuição — disse ela, após o leilão na B3. Com sede em Pequim, o grupo Spic atua em 36 países, emprega 140 mil pessoas e tem ativos de US\$ 113 bilhões. Embora tenha negócios em diferentes áreas — alumínio, logística, finanças, proteção ambiental e indústrias de alta tecnologia — tem forte atuação em geração de energia, cujos ativos têm capacidade instalada de 128 GW. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Martha Beck

Título: Análise - Equipe econômica respira aliviada com resultados

Recursos dos leilões e melhora da arrecadação seriam suficientes para cumprir meta fiscal e liberar gastos a ministérios, mas ainda não dá para comemorar.

A equipe econômica respirou aliviada com o resultado dos leilões de usinas da Cemig e de blocos de petróleo e gás. Depois de passar mais da metade do ano com frustração de receitas e com os cintos apertados para conseguir atingir a meta fiscal, o governo recebeu, num único dia, a garantia de ingresso de R\$ 16 bilhões nos cofres públicos até o fim de 2017. De acordo com integrantes da área econômica, esse dinheiro (R\$ 12,1 bilhões da Cemig e R\$ 3,8 bilhões dos blocos de petróleo e gás), combinado à recuperação da arrecadação tributária que deu sinais positivos em agosto, já seria suficiente para assegurar a liberação de mais gastos para os ministérios e a realização fiscal de déficit primário de R\$ 159 bilhões. No entanto, os próprios integrantes do governo admitem que não se pode comemorar antes do tempo. Primeiro, porque ainda não se sabe se o desempenho positivo da arrecadação de impostos e contribuições no mês passado foi pontual ou uma tendência. Além disso, existem outras incertezas no horizonte.

O governo conta com uma arrecadação de R\$ 6,2 bilhões este ano por meio de uma atuação direta da administração tributária, com a aplicação de autos de infração e pela cobrança de débitos atrasados. Mas o próprio relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas alerta para o tamanho da incerteza: “Essas receitas não guardam nenhuma relação com qualquer parâmetro nem se processam em períodos regulares”. Além disso, existe a influência do fator político no cenário fiscal. Em busca de apoio para barrar a segunda denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente Michel Temer na Câmara dos Deputados, o governo está sendo obrigado a fazer concessões na negociação de propostas que têm impacto na arrecadação, como é o caso do novo Refis, e pressionado a liberar mais recursos para gastos de ministérios comandados por aliados. A expectativa do governo era esperar o leilão da Cemig para descontingenciar o Orçamento em quase R\$ 13 bilhões. Depois do resultado dos leilões ontem, um técnico da equipe econômica comentou que a meta fiscal de 2017 está assegurada, desde que “o Planalto não ceda às pressões para abrir mais a torneira”.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Glauce Cavalcanti, Rennan Setti e João Sorima Neto

Título: Resultados mostram que país ainda atrai grandes investidores

Para analistas, certames foram bom termômetro para outras concessões

O resultado dos leilões de privatização das quatro usinas da Cemig, que arrecadou R\$ 12,1 bilhões, e dos blocos de petróleo e gás na 14ª Rodada, arrematados por R\$ 3,8 bilhões, é positivo para o governo, avaliam analistas. Mostra, segundo eles, que o Brasil se mantém como um mercado atraente para grandes investidores estrangeiros e deixa um viés positivo para outros leilões e concessões de ativos. — O valor arrecadado foi elevado, e o leilão da Cemig revela que, apesar de todas as incertezas econômicas e políticas do momento, existe o interesse de investidores relevantes em colocar dinheiro no Brasil — afirma Luciano Dias Losekann, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do Grupo de Economia da Energia (GEE).

CUSTO POLÍTICO

Para Cláudio Frischtak, à frente da Inter.B Consultoria, os dois leilões representam vitória para o governo: No caso da Cemig, o ágio, mesmo não sendo o esperado, ficou perto de 10%. Ou seja, houve competição. E garantiu recursos fundamentais às contas do governo. Mas é principalmente uma vitória da equipe econômica, que bateu o pé e enfrentou a resistência da bancada mineira. Isso tem alto custo político. É sinal de compromisso. O mais cômodo

seria o governo empurrar essa batata quente com a barriga. Haveria, na visão de Edson Gonçalves, do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura (Ceri/FGV), um movimento para reafirmar a regra do jogo: — Vejo foco em boas práticas regulatórias, no sentido de cumprir a regra do jogo. A concessão das usinas da Cemig acabou. Pela regra, elas voltam para a União, que faz novo leilão. Para Victor Kodja, presidente do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE), os questionamentos da Cemig na Justiça não devem atrapalhar o resultado:

— Todos os processos de privatização sempre tiveram questionamentos na Justiça. Se o edital é bem feito, não haverá problemas, como no caso do leilão de hoje (ontem). Aparentemente, defende Losekann, o risco jurídico envolvido no leilão foi dissipado após o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizar a sua realização, negando pedido de liminar apresentado pela Cemig para suspender o certame. — A decisão do Supremo dá blindagem à execução do leilão. Não vejo muito risco posterior de judicialização — diz. O resultado seria um sinal positivo inclusive para o leilão da Eletrobras, avalia Kodja: São grupos importantes (que levaram as usinas da Cemig). O processo todo traz credibilidade para a privatização e é sinalização positiva para a venda da Eletrobras. Já Eduardo Padilha, especialista em infraestrutura do Insper, pondera que o governo precisa trabalhar com maior agilidade para realizar as concessões:

— Os investimentos em projetos e concessões em áreas como saneamento, rodovias, ferrovias e energia podem vir de empresas nacionais e internacionais. Há uma janela de novos investidores mais especializados. Mas há poucos estudos sobre as concessões prontos. É um gargalo. Segundo Losekann, os R\$ 7,18 bilhões oferecidos pela Usina de São Simão pela chinesa Spic Pacific Energy demonstram a continuidade do interesse do país asiático nos ativos brasileiros do setor de energia. Ter três companhias diferentes entre as vencedoras do leilão mostra o interesse no Brasil. Tem o capital chinês, sobre o qual sabemos pouco, mas há também grandes, como Engie e Enel. É uma demonstração de que o risco jurídico é percebido como baixo pelos investidores — destaca Gonçalves, do Ceri/FGV. Para ele, o risco de que o leilão resulte, lá na frente, em aumento na conta de luz para o consumidor é reduzido.

— Pode haver algum impacto, mas pouco relevante. A grande questão hoje é a escassez de água nos reservatórios do país. Sem água, é preciso ativar as térmicas, o que aumenta o preço da conta para o consumidor — explica Gonçalves. O leilão da ANP terminou com quase 13% das áreas ofertadas contratadas, tendo a Petrobras como protagonista — num consórcio com a ExxonMobil Brasil — do maior bloco arrematado, na Bacia de Campos. — O leilão voltou a atrair os grandes players. Ter menos blocos arrematados não é sinal ruim. Com os preços do petróleo bem menores que há dois anos e outros

riscos envolvidos, as empresas estão sendo mais duras ao avaliar riscos — pontua Cláudio Frischtak.

RISCO DIVIDIDO

A participação robusta da estatal no leilão é vista de diferentes formas pelos analistas: — Não vejo a Petrobras, na atual gestão, no papel de instrumento do governo. Acho que a Exxon decidiu voltar ao Brasil. E acredito que haverá interesse das majors no leilão do pré-sal. A Petrobras também entrará, sendo cautelosa em suas escolhas. Há grande liquidez no mercado internacional, e a estatal pode se financiar a um custo competitivo. A possibilidade de uma atuação estratégica da Petrobras, porém, não é descartada. — Pode haver uma atuação estratégica, um componente de decisão de país. O Brasil é o controlador da Petrobras. Mas é também um bom negócio para a Exxon — destaca Gonçalves, do Ceri/FGV. Padilha, do Insper, acredita que partilhar riscos também é uma forma de garantir ganhos para as empresas do consórcio: — A Exxon, sozinha, não quis tomar o risco todo. Dividir o risco com a Petrobras pode ter sido a forma de atrair a companhia.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Marina Brandão

Título: Protesto acaba em confusão

Índios e manifestantes contrários ao leilão de blocos de petróleo trocam socos e empurrões com seguranças e assessores da Agência Nacional do Petróleo.

Uma manifestação contrária ao leilão de blocos de petróleo e gás terminou em confronto com seguranças do hotel Windsor Barra, na Barra da Tijuca, onde foi realizada a 14ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Um grupo de 20 indígenas dançava e gritava palavras de ordem como “zero fósseis” e “leilão fóssil não” dentro do hotel, próximo ao auditório onde acontecia o leilão, até que o confronto começou. Os integrantes foram contidos por seguranças e até mesmo por membros da assessoria da ANP. Houve troca de socos e de empurrões. Entre as organizações que promoveram o protesto estavam a 350.org Brasil e a Coesus Coalizão Não Fracking Brasil. O grupo reivindica o uso de energia limpa e o fim do investimento em combustíveis fósseis.

A atriz Cassia Kis também participou do protesto. Segundo Nicole Figueiredo, diretora da 350.Org Brasil na América Latina, os índios são de uma comunidade do Paraná, que teve suas terras afetadas pelo uso do fraturamento hidráulico, uma técnica de exploração usada na produção do shale gas (gás não

convencional). — O edital não faz menção às técnicas de exploração. E isso é jogo sujo. É inaceitável que o governo insista em trazê-la para o país — explicou. Policiais militares dos batalhões da Barra da Tijuca, de Santa Cruz, de Campo Grande e de Grandes Eventos chegaram a ser acionados para reforçar a segurança.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Rennan Setti

Título: Com cenário político e EUA, dólar volta a encostar em R\$ 3,20

Bolsa recua 0,7%, na quinta queda seguida; ações de exportadoras sobem

O dólar comercial registrou ontem sua terceira alta consecutiva frente ao real, enquanto a Bolsa caiu pelo quinto pregão seguido. De acordo com analistas, os investidores deram pouca atenção aos leilões de privatização das usinas da Cemig e das áreas de petróleo e olharam mais para o cenário político local. O câmbio acompanhou a tendência global da divisa americana, ainda em alta devido às declarações, na terça-feira, da presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Janet Yellen — que, ao falar de inflação, elevou as expectativas de aumento de juros nos EUA — e com a proposta de reforma tributária de Donald Trump. (...)

O afastamento de Aécio Neves, que apoiava o presidente, e o recuo do petróleo também reforçam a desvalorização dos papéis — disse um gestor que preferiu não ser identificado. Segundo Hersz Ferman, da Elite Corretora, a expectativa de alta de juros nos EUA após a fala da Yellen, além do embolso de lucro pelos investidores, justificam parte das perdas do Ibovespa: — Também é preciso avaliar as consequências políticas do leilão das usinas. A Cemig não levou nada no leilão, e sabemos o quanto a bancada mineira estava trabalhando fortemente para que ela continuasse com essas usinas. Depois do leilão, o deputado Fábio Ramalho, que é vice-presidente da Câmara e coordena a bancada mineira, acusou o governo de não cumprir o que prometeu com a companhia.

Logo, há um receio de que isso fragilize a base de Temer. Com os leilões de suas usinas, a Cemig fechou em queda de 1,61% (PN, por R\$ 7,92). Analistas acreditavam que ela conseguiria ficar com uma das quatro hidrelétricas, apesar de ser consenso que ela não tem saúde financeira para fazer tal investimento. A Petrobras, que participou dos leilões da ANP, recuou 1,61% nos dois papéis, com os ON a R\$ 15,88 e os PN a R\$ 15,31. As maiores altas foram de empresas exportadoras, que se favorecem do real mais fraco. A Fibria avançou 3,55%,

enquanto a Embraer teve ganho de 2,44%. A Klabin subiu 1,57%, e a Vale, 1,37%.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Nota

Volta em grande estilo

João Carlos de Luca, ex-presidente do IBP e um dos maiores especialistas brasileiros em petróleo, não tem dúvida. Para ele, a melhor notícia desse leilão da ANP, ontem, foi a aposta no país da ExxonMobil, a maior de todas, ao levar, junto com a Petrobras, seis blocos da Bacia de Campos por R\$ 3,4 bilhões de bônus.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes e Denise Luna

Título: Leilão de petróleo e gás registra ágio de 1.556,05%

Com participação relevante da Petrobrás, que arrematou duas áreas, rodada de licitação garantiu R\$ 3,8 bilhões para a União.

A União arrecadou R\$ 3,8 bilhões com a venda de 37 áreas exploratórias de petróleo e gás natural, em leilão realizado ontem. A 14a Rodada de Licitação da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) bateu recorde de bônus pago por petroleiras e também de ágio, que chegou a 1.556,05%. Para o governo, o principal termômetro do sucesso da licitação foi a atração de múltiplos investidores que vão gerar royalties a partir de 2025, principalmente, para o Rio de Janeiro. Coube à Petrobrás, no entanto, liderar o consórcio que pagou mais da metade do resultado da licitação.

A estatal, ao lado da norte-americana ExxonMobil, desembolsou R\$ 2,24 bilhões por um único bloco, o C-M-346, localizado em águas ultraprofundas da Bacia de Campos, numa região próxima a descobertas de pré-sal e, por isso, batizada de franja do pré-sal. A oferta da Petrobrás pelo bloco, o "filé mignon" da licitação, foi cinco vezes mais alta do que a do segundo colocado, o consórcio liderado pela Shell, e superou em 88 vezes a proposta feita pela Total com a BP.

O presidente da Petrobrás, Pedro Parente, disse ter sido seletivo na escolha das áreas que disputaria e que não teria pago tanto pelo bloco se não tivesse

informações privilegiadas sobre ele. Ele avalia que "é uma possibilidade" encontrar petróleo na região de pré-sal do C-M-346. "Isso vamos aprofundar no momento da exploração", complementou. O executivo disse ainda que, apesar de muito endividada, a Petrobrás tem US\$ 75 bilhões para investir nos próximos cinco anos, o que permite à empresa "assegurar a posição de liderança" no Brasil.

Além do projeto em Campos, a Petrobrás arrematou uma área na bacia do Paraná, onde espera produzir gás natural. Por ela, pagou R\$ 1,69 milhão e ágio de 304%, apesar de ter sido a única a apresentar proposta.

Recuperação. **Fernando Coelho Filho, ministro de Minas e Energia**, disse que "quer ver a Petrobrás cada vez mais recuperada" e que o governo não quer "só as estrangeiras" atuando no Brasil. Ao fazer um saldo do leilão ele ressaltou ainda a vitória de duas estreantes - a norte-americana Murphy e a brasileira Bertek. E, entre as grandes petroleiras multinacionais, chamou atenção para a ExxonMobil, que, mantinha uma atuação tímida no Brasil, com duas únicas áreas exploratórias, uma no Rio Grande do Norte e outra no Ceará, adquiridos na 11a Rodada, em 2013, a última licitação da qual participou.

Além de estar ao lado da Petrobrás na maior oferta feita no leilão, pelo C-M-346, a ExxonMobil foi a empresa que mais levou blocos, todos localizados no mar, e está presente em R\$ 3,76 bilhões dos bônus pagos, em consórcio ou isoladamente. A empresa disse estar "ansiosa para trabalhar com o governo brasileiro e parceiros".

Outras grandes petroleiras chegaram a apresentar oferta, mas não tiveram desempenho semelhante ao da Petrobrás e da ExxonMobil. "A gente já tem bastante coisa (áreas no Brasil) e muito trabalho pela frente. O jogo está só começando. Temos US\$ 10 bilhões para investir nos próximos cinco anos (no País)", disse o presidente da anglo-holandesa Shell, André Araújo, numa demonstração de que poderá entrar no leilão de pré-sal marcado para outubro. Ontem, a empresa não levou nenhuma área.

O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, disse ter ficado surpreendido com o resultado da concorrência e avalia que a 14a Rodada marca "uma outra etapa do setor de petróleo no Brasil". A maior parte das áreas terrestres e de águas rasas, porém, ficou sem oferta, mesmo em tradicionais bacias produtoras, como em Santos e Sergipe-Alagoas. Dos 287 blocos oferecidos, apenas 12,9% saíram, menos da metade da média histórica, de 30% de sucesso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes****Título: Leilões arrecadam mais que o previsto**

Equipe econômica contava inicialmente com uma receita de R\$ 11 bi com as usinas da Cemig e mais R\$ 700 milhões com áreas de óleo e gás, mas ágio garantiu uma arrecadação de R\$ 15,9 bi, o que pode permitir uma liberação maior de recursos para ministérios

O dia de ontem foi de alívio para a equipe econômica com o sucesso de dois leilões. Em São Paulo, pela manhã, foram concedidas a estrangeiros quatro usinas da estatal mineira Cemig. E, à tarde, no Rio, foram arrematados 37 blocos para exploração e produção de petróleo e gás. O ágio das concorrências surpreendeu as expectativas do próprio governo, garantindo uma receita extra de R\$ 4,2 bilhões para o caixa da União.

O reforço no caixa deu alívio fiscal num momento de dificuldade política para o presidente Michel Temer e abriu espaço para uma liberação maior das despesas do Orçamento até o final do ano, além dos R\$ 12,8 bilhões anunciados na semana passada. O governo contava inicialmente com R\$ 11 bilhões com o leilão das usinas da Cemig e R\$ 700 milhões com a venda dos blocos de petróleo. Mas o resultado alcançado foi de R\$ 12,1 bilhões na licitação das usinas e R\$ 3,8 bilhões nas áreas de exploração de petróleo.

Os R\$ 15,9 bilhões de receitas ainda em 2017 afastaram, na prática, o pior risco fiscal que estava no caminho do governo: a possibilidade concreta de uma paralização efetiva da máquina administrativa pelo forte corte em vigor que tem maltratado muitas áreas essenciais do serviço público. A manutenção do corte atual de R\$ 45 bilhões por mais tempo seria insustentável. A discussão agora na equipe econômica é se a liberação maior das despesas poderá ser feita logo.

Para o governo e analistas econômicos, o sucesso do leilão também afastou o risco de descumprimento da meta fiscal deste ano. Essa possibilidade continuava no radar mesmo depois de o Congresso ter mudado a meta fiscal permitindo um rombo de até R\$ 159 bilhões. Refis. A opção será liberar agora um valor maior ou deixar uma margem de segurança para administrar riscos de perda de receitas até o final do ano, inclusive com o Refis (parcelamento de débitos tributários) aprovado ontem com grandes mudanças que favorecem os contribuintes devedores. A margem obtida com os leilões pode compensar a perda de arrecadação com a flexibilização das regras do Refis.

A equipe econômica ainda tem uma espécie de "colchão" de R\$ 4 bilhões com a liberação de receitas de precatórios (ordens de pagamento de ações perdidas pela União, mas que não foram resgatadas pelos vencedores há mais de dois anos). Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o Ministério do Planejamento só vai recomendar uma liberação maior se pareceres forem editados para garantir os recursos. Entre perdas e ganhos, a margem para um desbloqueio maior do Orçamento subiu para cerca de R\$ 7 bilhões.

Na Fazenda, porém, há uma avaliação de que a liberação de R\$ 12,8 bilhões prevista para ser feita amanhã já seria suficiente. O argumento é de que qualquer expansão de despesas neste momento criaria pressão em 2018 em função do teto de gastos (que trava o crescimento dos gastos públicos à inflação). Para o economista-chefe da corretora Tullet Prebon, Fernando Montero, começaram a aparecer dados bons também do lado fiscal, inclusive melhoria da arrecadação de tributos. Ele lembrou que até 15 dias atrás havia muita dúvidas fiscais, que agora começam a se dissipar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Estrangeiros arrematam usinas da Cemig

Chinesa, francesa e italiana pagam R\$ 12 bi por quatro hidrelétricas da estatal mineira.

Sob protestos, o governo conseguiu leiloar ontem as quatro usinas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), por R\$ 12,13 bilhões. O resultado é 9,73% maior que o valor mínimo estabelecido e vai ajudar no cumprimento da meta fiscal deste ano. Se não houver percalços no meio do caminho, o dinheiro deverá entrar nos cofres da União até 30 de novembro.

O leilão ocorreu na manhã de ontem na B3, na capital paulista, e contou com três grandes grupos estrangeiros, além da Aliança - empresa formada por Vale e Cemig. Na prática, porém, a disputa ficou com as multinacionais já que o grupo da estatal mineira não apresentou proposta para nenhuma usina. Apesar de ter sido considerado um sucesso pelo governo, dois lotes só tiveram uma proposta cada.

Foi o caso da maior e mais cara hidrelétrica do leilão: São Simão, de 1.710 megawatt (MW) de potência. Com outorga mínima de R\$ 6,74 bilhão, só os chineses tiveram cacife para dar um lance pela usina. A proposta da SPIC Pacific Energy foi de R\$ 7,18 bilhões, com ágio de 6,51%. Outra que estava com apetite e levou as duas usinas que disputou foi a franco-belga Engie. A empresa

comprou Miranda, por R\$ 1,36 bilhão, e Jaguará, por R\$ 2,17 bilhões, com ágios de 22,43% e 13,59%, respectivamente.

A italiana Enel ficou com Volta Grande, por R\$ 1,42 bilhão e ágio de 9,85%. No ano passado, a multinacional europeia já havia vencido o primeiro leilão de privatização do governo Temer, da distribuidora Celg, por R\$ 2,19 bilhões. Na disputa de ontem, a empresa deu lance para três das quatro usinas licitadas. “Temos analisado com atenção os ativos colocados à venda no setor elétrico brasileiro”, diz Carlo Zorzoli, presidente da Enel no Brasil, em nota.

Confiança. Para o governo, o resultado foi uma demonstração de confiança na recuperação do País. “É um momento bom, de um País que se levanta e de um setor que oferece oportunidades de investimentos”, afirma o secretário do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, reforçando que o governo vai licitar nos próximos meses novos projetos de geração e transmissão de energia.

O secretário do Programa de Parcerias de Investimentos (P-PI), Adalberto Vasconcelos, fez questão de destacar que, com a licitação de ontem, o governo já leiloou 60% dos projetos lançados desde o ano passado. “De um total de 89 projetos, 54 já foram leiloados”, diz ele. Pelo Twitter, o presidente Michel Temer engrossou o coro de otimismo com relação ao leilão: “Nós resgatamos definitivamente a confiança do mundo no Brasil. Leilão das usinas da Cemig rendeu R\$12,13 bi, acima da expectativa do mercado.”

Apesar dos poucos grupos na disputa, o mercado de fato ficou satisfeito com o resultado. “Todas as usinas foram arrematadas, com bom ágio e bons investidores”, afirmou o chefe de análise da empresa de investimentos 3G Radar, Pedro Batista. “Achei o resultado muito bom. Apesar de serem usinas em operação, os investidores terão de fazer aportes em melhorias dos ativos”, acrescenta o presidente da consultoria Thymos Energia, João Carlos Mello. Do lado do consumidor, a expectativa é de que a alta das tarifas fique abaixo de 1%, diz o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, Romeu Rufino.

Para as empresas, as usinas devem ser um ótimo negócio. Afinal, são projetos em operação e que vão render receitas em poucos meses. “Além disso, eles poderão negociar 30% do volume no mercado livre, cujo preço tende a subir com a crise hidrológica”, diz Nivalde de Castro, da UFRJ.

O presidente da Engie, Maurício Bahr, afirma que as usinas arrematadas ontem permitirão um novo mix na carteira da empresa. “Já estamos nos preparando para o fim dos contratos das nossas usinas, que deve ocorrer em dez anos.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: Elétrica agora terá de investir em distribuição**

A perda das usinas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande terá grande impacto sobre o parque gerador da Cemig. Foi uma perda de 3 mil megawatts de potência instalada de uma só vez, ou 36% do total. Com a licitação e o programa de venda de ativos da companhia, a Cemig será uma empresa menor e deve focar sua atuação na distribuição, área em que as margens de lucro são menores.

De imediato, a empresa, sai do ranking das dez maiores geradoras do País, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Até então, era a sétima colocada no mercado, porém, ficar sem as hidrelétricas será melhor para a empresa. As ações preferenciais caíram 1,61% ontem, menos que na segunda (4,84%) e na terça (-2,31%), dias em que a empresa trabalhou para ficar com as usinas.

Para comprar as usinas no leilão, a empresa teria que se endividar ainda mais, e a alavancagem da companhia (relação entre endividamento e geração de caixa) já está muito acima dos padrões, em 4,98 vezes no fim de 2016. A capitalização de até R\$ 1 bilhão, por fim, servirá para reduzir suas dívidas.

Diferentemente da geração, que opera com preços livres, a distribuição trabalha com tarifas reguladas pela Aneel. A empresa terá de cortar custos e ser mais eficiente do que foi no passado. Principal acionista da companhia, o Estado de Minas terá que se acostumar a dividendos menores que os distribuídos nos últimos anos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Com leilão, tarifas devem subir até 1%**

O impacto do leilão das usinas de São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande nas tarifas de energia do consumidor será inferior a 1%, segundo o diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino. Ele salientou que o impacto será diferenciado entre as distribuidoras, tendo em vista o mix de contratos de fornecimento de cada concessionária.

O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, lembrou que, considerado o atual momento hidrológico e o cenário de sobra de energia de algumas distribuidoras, o impacto do leilão pode ser minimizado. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Manifestantes ameaçam invasão e são expulsos

Uma manifestação contra os leilões de petróleo e gás natural promovida pela organização não governamental 350.org culminou em momentos de violência pela primeira vez dentro do ambiente de uma rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Cerca de 50 pessoas, entre ativistas e índios, entraram em confronto com seguranças do luxuoso hotel na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro, onde estava sendo realizada a 14a Rodada.

Liderada por um grupo de índios devidamente credenciados, a manifestação começou pacífica, com a entrada tranquila no hotel. Porém, ao chegar ao local do leilão, no segundo andar, o grupo foi impedido de entrar no salão do evento, ficando isolado numa sala próxima, sem acesso às autoridades.

O isolamento irritou o grupo, até que um dos índios decidiu se aproximar da sala onde são feitas as ofertas e onde estavam executivos das petroleiras e representantes do governo. O índio, que não teve o nome informado, ultrapassou a barreira de seguranças e, a poucos metros de atingir a área do leilão, caiu no chão, foi imobilizado por seguranças e retirado. No final, o grupo foi retirado com o apoio da Polícia Militar.

"Gostaríamos apenas de entrar no leilão para dialogar, fazer as perguntas necessárias e participar do debate", afirmou a atriz Cássia Kiss, explicando por que os manifestantes tentaram entrar na sala onde aconteceu a licitação.

Durante a manifestação, algumas mulheres colocavam bebês na frente para se proteger da violência policial. / F.N.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: André Borges

Título: Fora da Renca, soja ilegal avança no Amapá

Só entre junho e julho, o Ibama embargou 36 áreas de plantio irregular em territórios protegidos; avanço da fronteira agrícola ameaça Cerrado da região

Fora da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), na Amazônia, que teve sua extinção revogada nesta semana pelo governo Michel Temer, grandes áreas do Cerrado no Amapá têm sido desmatadas irregularmente. Esses territórios vêm perdendo espaço para plantações de soja.

Só entre junho e julho, o Ibama embargou 36 áreas no Amapá, na Operação Nova Fronteira, por plantio irregular de soja em áreas de proteção permanente ou reserva legal. Ao todo, foram bloqueados 10.234 hectares de terras. As multas aplicadas pelo órgão federal contra os responsáveis pelo desmatamento e plantações ilegais somam R\$ 57,655 milhões.

O balanço parte de levantamento obtido pelo Estado, feito pela organização Greenpeace com base em dados públicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama). Os números foram confirmados pelo Ibama.

Em praticamente todas as áreas embargadas a soja já havia sido plantada e colhida. Ao menos 25 mil toneladas dessa soja ilegal, diz Nilo D'Avila, diretor de campanhas do Greenpeace, foram embarcadas e enviadas para a Inglaterra. "Isso é resultado da falta de fiscalização e do processo de licenciamento que se faz no Amapá, que é basicamente autodeclaratório, sem exigir mapas das áreas que são liberadas para o plantio." Apesar dos bloqueios feitos pelo Ibama, a maior parte das terras embargadas no Amapá já foi liberada para novos plantios, por liminares.

Os cálculos do Greenpeace apontam que, entre os casos da Nova Fronteira e outras autuações do Ibama neste ano, os embargos chegaram a 11.747 hectares de terra. Desse total, porém, 9.860 hectares (84%) já saíram da lista de bloqueios. Há casos em que a retirada do embargo, algo que normalmente demora cerca de seis meses, tem ocorrido em menos de um mês.

Avanço. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam o avanço da soja na ponta do eixo norte do País, um processo que, segundo investigações do Ministério Público Estadual do Amapá, tem sido puxado pela crescente grilagem de terras na região. Em 2012, a área plantada de soja no Estado somava 2.407 hectares, volume que foi multiplicado por quase oito vezes nos últimos cinco anos, chegando a 18.900 hectares neste ano.

O Amapá tem sido visto como nova fronteira do agronegócio, por fatores como o baixo preço das terras; a proximidade com o Canal do Panamá e com rodovias pavimentadas, além do acesso facilitado a linhas de crédito do governo federal.

Tradicionalmente reconhecido por suas florestas, o Amapá tem cerca de 1 milhão de hectares de Cerrado, bioma que costuma ter menos atenção.

Todos os embargos e multas aplicadas pelo órgão federal no Amapá foram motivados pela falta de autorização de empresas e fazendeiros que não tinham autorização estadual para aquele desmatamento, além de terem feito o corte em áreas de proteção. A confusão do processo de licenciamento ambiental complica o cenário, por causa da sobreposição de licenças dadas pelo Estado, em detrimento de autorizações que teriam de ser do Ibama.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais e Marcelo de Moraes

Título: Notas

» **Tudo azul.** Satisfeito com o resultado do leilão da Cemig e dos blocos de petróleo e gás, Michel Temer já aposta que a reação da economia deve fazer baixar os juros a 7% até o fim do ano.

» **Dava sim.** Integrantes da bancada mineira acham que o governador Fernando Pimentel (PT) não atuou com afinco para tentar reverter a decisão do Palácio do Planalto de leiloar quatro usinas da Cemig.

» **CLICK.** O deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG) criticou, aos gritos, o leilão da Cemig. Pouco antes, porém, mandou iguarias mineiras para o gabinete presidencial.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor:

Título: Notas

» **Ringue.** Candidatos ao Conselho de Administração da mineradora Vale estão brigando pela realização de um novo debate antes da chancela dos acionistas para a escolha dos novos membros. A corrida já se mostra acirrada e dos quatro nomes que disputam dois assentos a conselheiros independentes na companhia, três são os mesmos dos que já estavam postos desde a assembleia que ocorreu em abril, mas que não definiu os ocupantes de tais cadeiras. São eles: Sandra Guerra e Isabella Saboya, ambas indicadas pelo fundo Aberdeen, e o advogado Marcelo Gasparino, sugerido por um grupo de outros 11 acionistas minoritários da empresa.

» **Favorável.** A Petrobrás já indicou que votará favoravelmente, em assembleia marcada para esta sexta-feira, dia 29, pela recompra da empresa de saneamento Cetrel pela petroquímica Braskem. O ativo pertence à Odebrecht, detentora de 50,1% da companhia. A segunda maior acionista da Braskem é exatamente a estatal petroleira, com 47%.

» **Único e exclusivo.** Questionamentos sobre a recompra da Cetrel têm sido levantados por um grupo de acionistas minoritários da Braskem, que apontam que o negócio seria benéfico apenas para a controladora da empresa, que luta para obter liquidez no contexto dos acordos de leniência firmados com a Justiça. A Braskem, no entanto, defende a recompra da Cetrel, ativo que vendeu à Odebrecht em 2012, sob o argumento de que a companhia tem papel relevante na gestão dos processos ambientais das atividades do Polo Petroquímico de Camaçari. Procurada, a Petrobrás não comentou.

» **Brazucas.** Um dos gestores mais famosos de Wall Street, o megainvestidor Jim Simons, com US\$ 72 bilhões em ativos, resolveu dobrar a aposta nas duas principais empresas brasileiras negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), a Petrobras e a Vale. O gestor aumentou em 94% o total de American Depositary Receipts (ADRs) da petroleira em sua carteira no segundo trimestre na comparação com o primeiro, para 19 milhões de papéis. Na Vale, a elevação foi de 98%, segundo os dados que as gestoras nos Estados Unidos precisam enviar a cada trimestre para a Securities and Exchange Commission (SEC), a comissão de valores mobiliários dos EUA.

» **Mais contido.** Simons também reforçou a aposta, embora em menor escala, nas ações de Braskem (+13%) e Cosan (+24%). Analistas e investidores ficam no aguardo das informações das carteiras dos megainvestidores, como Simons, George Soros e Warren Buffett para ver em que papéis eles vão investir e replicar as apostas. Simons tem fortuna pessoal estimada em US\$ 18 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Celso Ming

Título: Como avaliar estes leilões

A análise dos leilões das quatro usinas da Cemig e da 14ª rodada de concessões de petróleo realizados nesta quarta-feira não pode restringir-se ao resultado de caixa, embora ele também tenha sido expressivo e deverá contribuir para a redução do rombo das contas públicas. Mais importante do que isso é a nova postura da administração econômica, que abandonou a retransa postergadora e protecionista que prevaleceu ao longo do período Dilma, e a resposta positiva dos interessados.

O leilão das hidrelétricas da Cemig trouxe mais capital estrangeiro e provavelmente agregará mais eficiência na administração desse patrimônio. Podem-se esperar agora mais investimentos como, por exemplo, a instalação de placas flutuantes ao longo dos reservatórios para geração de energia elétrica de fonte solar, que aproveitará melhor as linhas de transmissão já existentes.

Nas unidades leiloadas deixarão de imperar o patrimonialismo e cupinismo dos chefes políticos da hora, situação que as deixará menos vulneráveis à corrupção e aos cabides de emprego. E essas conquistas não são pouca coisa. O interesse demonstrado pelos concorrentes ao leilão, num setor tão fortemente abatido pelo intervencionismo, poderia ser maior não fosse a relativamente baixa qualidade dos ativos brasileiros tal como avaliada hoje pelas agências de análise de risco.

Mas ficou clara entre os participantes a recuperação da confiança nas instituições e nas leis brasileiras. Embora continuem sendo esperados recursos judiciais contra a transferência definitiva dessas hidrelétricas, este obstáculo não foi considerado fator impeditivo à realização dos leilões. E à medida que crescer a participação de outras empresas, o setor elétrico ficará menos exposto ao jogo predador dos políticos. O leilão das usinas da Cemig deve ter melhorado a atratividade do próximo leilão das distribuidoras da Eletrobrás e, também, de energia nova agendado para dezembro.

Quanto ao leilão de novas áreas de petróleo, em terra ou nas áreas da plataforma marítima acima da camada de sal, há dois fatos positivos importantes a considerar. O primeiro deles é o de que o governo recuperou o sentido de urgência, abandonou a inércia dos governos anteriores, à espera pela melhora de preços do petróleo. O segundo tem a ver com flexibilização das regras do jogo. Foram reduzidas as exageradas exigências de conteúdo local (encomendas às empresas brasileiras), que vinham aumentando substancialmente os custos de investimentos de produção.

Felizmente, prevaleceu o entendimento de que é preciso tirar o atraso e apressar os investimentos, não só para reativar o emprego num setor prostrado pela imobilidade, mas, também, para proporcionar mais receitas com royalties que tanta falta vêm fazendo nos orçamentos combalidos dos Estados e prefeituras. A Agência Nacional do Petróleo já tem agendados para este ano mais dois leilões de áreas e outros dois, para 2018 e 2019. Também se propõe a fazer duas rodadas de venda de campos maduros em terra, no Recôncavo.

O sucesso do leilão desta quarta-feira deve ser visto como espécie de prévia para o resultado do leilão de 27 de outubro, que contemplará cobiçadas áreas do pós-sal na Bacia de Santos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Opinião**Autor:****Título:** A encrência da Renca**EDITORIAL**

O presidente Michel Temer (PMDB) tomou enfim a primeira medida sensata no imbróglio que envolve a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca).

Um terceiro decreto editado sobre a área entre o Amapá e o Pará revogou sua extinção, após a grita preservacionista gratuita desencadeada no momento em que a popularidade presidencial já se encontrava no rés do chão.

O episódio foi bem mais que um "erro de comunicação", como diz agora o

Ministro De Minas E Energia, Fernando Coelho Filho.

É difícil imaginar o que o Planalto pretendia quando determinou a extinção da reserva sem debate prévio. Até o político mais desejoso de investimentos empresariais sabe que ameaças reais ou imaginárias à conservação da Amazônia têm potencial explosivo.

Tampouco seria razoável contar com incentivo imediato ao crescimento econômico. A exploração minerária empresarial de qualquer gleba na região de difícil acesso, pela qual se embrenha hoje só o lumpesinato dos garimpeiros, demandaria meses ou anos para obter licenças ambientais.

Resta como explicação apenas um afã governista de agradar os potentados do setor mineral. E, claro, uma notável incapacidade de antecipar a repercussão da medida.

De concreto, o governo federal colheu apenas um vendaval de críticas. A tempestade principiou pelas franjas ambientalistas e ganhou ímpeto de furacão ao engajar um time de celebridades com influência nacional e internacional. Houve muito de exagerado, e talvez de oportunista, na reação que dava por iminente a destruição de um território "do tamanho da Dinamarca". Não era esse o caso —mesmo porque trata-se de uma reserva mineral (que prevê controle estatal na exploração de cobre e outros metais), não ambiental. Mesmo que todos os envolvidos desejem sinceramente a preservação da floresta, parece manifesto que a repulsa ideológica ao governo Temer serviu para inflamar as labaredas da opinião pública.

O próprio presidente se comporta há tempos como incendiário em assuntos ambientais, fundiários e indígenas. Achacado de modo contínuo e eficiente pela bancada ruralista no Congresso, vem acatando todos os seus pleitos.

O caso Renca, nesse sentido, serviu apenas como o rastilho. Espera-se que Temer, ora chamuscado, entenda que não há como abrir áreas da Amazônia para exploração mineral sem um mínimo de respaldo na sociedade.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: FLAVIA LIMA DANIELLE BRANT NATÁLIA PORTINARI DE SÃO PAULO****Título: Leilões indicam que investidores preferem projetos com baixo risco**

A primeira grande rodada de licitações do governo Temer mostra que o apetite dos estrangeiros por projetos considerados rentáveis segue forte, embora ainda resista a ofertas mais arriscadas.

Em um ambiente com regras mais favoráveis ao mercado, foram licitadas quatro hidrelétricas que pertenciam à Cemig por R\$ 12,1 bilhões, ou 9,7% acima do esperado.

O governo obteve ainda R\$ 3,8 bilhões por 37 dos 287 blocos de petróleo ofertados, volume bem acima da estimativa inicial, de R\$ 1 bilhão.

Do total arrecadado, apenas seis blocos, arrematados em parceria por Petrobras e americana Exxon, renderam R\$ 3,6 bilhões. Os blocos são considerados o filé mignon por estarem numa área com potencial de reservas no pré-sal.

"O dinheiro está vindo, mas para projetos em que o risco do negócio é baixo", diz Leonardo Siqueira, da GO Associados. "Ainda há cautela".

Segundo ele, mesmo em um cenário em que o mercado considera baixo o risco de mudanças de regras, os projetos que estão chamando a atenção são os mais maduros e com retornos mais certos.

"As empresas têm vontade de investir no Brasil e olham os ativos de maior qualidade", diz Cláudio Frischtak, sócio da Inter B Consultoria.

Frischtak avalia que a ANP (Agência Nacional de Petróleo) colocou em leilão ativos diferentes e que alguns blocos sustentavam riscos ambientais elevados, o que acabou por afastar investidores.

Já os blocos com potencial de reservas no pré-sal, diz ele, devem continuar atraindo os gigantes do setor. A participação da Exxon, diz, seria uma prévia do que será visto nos próximos leilões que envolvem a área, em outubro.

Alessandra Ribeiro, da consultoria Tendências, diz que ainda há riscos envolvendo o setor de energia, mas bons projetos atraem investidores que estão vendo Brasil em prazos mais longos.

O interesse dos investidores vem de uma situação mundial de liquidez abundante, em que há uma forte busca por ativos nos quais colocar dinheiro, diz Phillip Soares, da Ativa Investimentos.

No caso dos blocos de petróleo, diz ele, a falta de apetite não teria sido um problema do mercado ou da demanda, e sim do que foi ofertado.

Um exemplo de ativo de alto risco, diz Alberto Zoffmann, diretor de project finance da XP Investimentos, era bacia de Pelotas, localizada em um região na qual foi feita pouca exploração. "Faz sentido não ter tido lances nesses blocos ofertados".

Em contrapartida, a atratividade de alguns ativos acabou impondo concorrência aos chineses. As hidrelétricas atraíram outros investidores, como a francesa Engie e a italiana Enel,.

Para Thais Brandini, presidente da consultoria Thymos Energia, o leilão das usinas mostra que o novo modelo de concessões conseguiu atrair investidores. A possibilidade de vender até 30% da energia no mercado livre e a remuneração da União por serviços de manutenção da usina, diz ela, foram diferenciais para os estrangeiros.

No geral, a percepção é que a arrecadação acima do previsto ajuda a contornar a questão fiscal. O deficit previsto para este ano é de R\$ 159 bilhões. "Além da dimensão fiscal, os leilões das usinas da Cemig espelham também a demonstração eloquente de poder da equipe econômica", diz Frischtak, da Inter B, em referência à oposição demonstrada por políticos.

Para Siqueira, da Go, os R\$ 16 bilhões arrecadados ajudam, mas estão longe de resolver o problema. "É como uma família que vende o carro para cobrir gastos. Uma hora o patrimônio acaba."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NATÁLIA PORTINARI DE SÃO PAULO

Título: Leilão de usinas hidrelétricas deve aumentar tarifas em 1%

O leilão de quatro usinas da Cemig a grupos estrangeiros, nesta quarta-feira (27), implica aumento na tarifa para compensar os preços mínimos estabelecidos das outorgas.

Foram leiloadas as hidrelétricas de Jaguará e Miranda à empresa francesa Engie, São Simão à chinesa SPIC e Volta Grande à italiana Enel.

De acordo com a Thymos Energia, a tarifa cobrada das distribuidoras deve subir 1,1%. Romeu Rufino, diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia), estima teto de 1% de aumento.

"Já o impacto na tarifa repassada ao consumidor é mais difícil de medir, porque depende de onde vem a energia das distribuidoras", diz Rufino.

O modelo anterior de concessões, criado em 2013, no governo Dilma, tentava forçar as empresas a baixar o preço da energia, sob pena de perderem as outorgas.

A Cemig não aderiu à renovação sob essas condições e teve de devolver as quatro usinas leiloadas, o que a estatal disputa na Justiça até agora.

A regra de agora, que vale desde 2015, permite que as geradoras negociem até 30% da energia no mercado livre (por preços maiores) e introduz a bonificação pela outorga, o que atrai investidores.

O leilão de Ilha Solteira, Jupia e Três Marias já seguiram o novo modelo.

Para Victor Kodja, presidente da BBCE (Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia), a regra anterior prejudicou o caixa de empresas cujas concessões venceram no período, como a Cemig.

"Não é o modelo atual que vai encarecer, o anterior é que pedia uma redução irreal", diz Kodja.

A Cemig ficou de fora da disputa pelas quatro usinas porque tem R\$ 14 bilhões em dívida, segundo seu diretor financeiro, Adézio de Almeida Lima.

"Estamos pagando a dívida, mas é perversa no curto prazo. É irônico que vendemos nossos ativos para empresas de governos estrangeiros" —o Estado francês detém 64% da Engie, por exemplo.

A Cemig tentou, nos últimos dias, articular um acordo com o governo para retirar ao menos a usina de Miranda do leilão.

A estatal daria em troca um crédito de R\$ 1,1 bilhão que tem a receber da União. "Só descobrimos na terça-feira que não estavam abertos a negociar", diz Lima. A empresa vai recorrer no STF (Supremo Tribunal Federal) para manter a usina.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: DANIEL CAMARGOS COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM BELO HORIZONTE****Título: Leilão de usinas vira batalha entre Pimentel e oposição em MG**

O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), disse ter lamentado o leilão das quatro usinas que pertenciam à Cemig na manhã desta quarta-feira (27).

O petista gravou um vídeo e publicou em sua página pessoal numa rede social dizendo que "hoje é um dia triste para Minas Gerais". O governo leiloou, por R\$ 12,13 bilhões, as concessões de quatro usinas da Cemig, arrecadando 9,7% a mais que o esperado de R\$ 11 bilhões.

Pimentel afirmou que não encontrou espaço no governo federal para negociar a permanência das usinas com a empresa mineradora. "Tentamos de todas as formas possíveis uma negociação com a União que permitisse que a Cemig continuasse operando essas usinas."

O governador mineiro disse entender que a situação poderia ter sido resolvida pelos governos estaduais que o antecederam, caso eles tivessem aderido à Medida Provisória 579, de 2012, que previa que as concessionárias de energia deveriam renovar os contratos diante do cumprimento de redução de encargos e tarifas. Quem se recusasse a assinar, como fez a Cemig, teria concessões suspensas e levadas a licitação.

A crítica tem tom partidário, pois atinge o período que os senadores tucanos Antonio Anastasia e Aécio Neves governaram o Estado.

A Cemig tentou, por mais de quatro anos, manter as concessões das usinas de Jaguará, Miranda, São Simão e Volta Grande na Justiça, sem sucesso. O bloco que faz oposição a Pimentel na Assembleia Legislativa atribuiu, em nota, o leilão das usinas à "irresponsabilidade do PT".

"A perda das usinas decorre de uma sucessão de erros da gestão petista, iniciada pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2012, com a edição da malfadada MP 579, que provocou a falência do setor elétrico no país."

O bloco acusa Pimentel de usar a empresa para apadrinhar filiados ao PT. "Em consequência disso, seus resultados caíram drasticamente a partir de 2015, assim como perdeu a confiança do mercado e a capacidade de alavancar recursos para manter suas usinas."

O leilão das usinas atizou a disputa política na Assembleia. O líder do bloco da situação, que apoia Pimentel, deputado André Quintão (PT), também culpa os governos tucanos de Aécio e Anastasia pela perda dos ativos, por não terem aderido à MP 579.

"Agora, Temer, aplicando o programa da então candidatura derrotada de Aécio Neves, vende, a preço de banana, quatro usinas estruturais na produção de energia", disse.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: China lança alerta sobre qualidade do ar e cancela licenças de mineração

A China vai cancelar cerca de um terço das licenças para minerar ferro concedidas pelas autoridades, como parte dos esforços para melhorar a qualidade do ar no país.

Mais de mil licenças de mineração serão revogadas como parte da campanha chinesa de combate à poluição, disse Lei Pingxi, engenheiro-chefe da Associação de Minas Metalúrgicas da China, em uma conferência setorial.

"Algumas minas de menor porte, que não prestaram atenção às questões ambientais, simplesmente fechavam as portas temporariamente para lidar com inspeções".

"Essas pequenas mineradoras terão de atualizar seus processos de produção para sobreviver; de outra forma, serão eliminadas", disse.

Atividades de mineração serão proscritas em lugares que abriguem reservas naturais, informou Lei, mencionando regulamentos promulgados pelo Ministério de Proteção Ambiental da China.

O número de minas de ferro na China caiu de mais de três mil para apenas 1,9 mil, nos últimos anos.

Segundo Peter Poppinga, diretor-executivo da Vale, maior produtora mundial de minério de ferro, a queda continua. "Algumas das minas estão até importando cargas marítimas de minério de baixo teor e trabalhando para melhorar a qualidade, ao invés de investirem em suas próprias minas", disse.

Em 2016, a produção de minério de ferro da China caiu em 3%, para 1,28 bilhão de toneladas.

"O setor de mineração chinês está realizando cada vez menos investimentos de capital em tonelagem de substituição, e isso levará a produção mais baixa no futuro", informou Poppingao diretor executivo da Vale.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Em leilão, Petrobras lidera ofertas com Exxon e turbina receita do governo

Ao mesmo tempo em que planeja vender US\$ 21 bilhões em ativos para pagar dívida, a Petrobras foi responsável, ao lado da americana Exxon, por garantir ao governo recorde de arrecadação em leilão de concessão de áreas petrolíferas.

Juntas, as duas empresas arremataram seis áreas na bacia de Campos por R\$ 3,59 bilhões, 93% dos R\$ 3,84 bilhões arrecadados no leilão.

A receita supera os R\$ 3,77 bilhões, em valores corrigidos, da 9ª rodada de licitações, em 2007, até então a maior arrecadação em leilões de concessão. Só é menor do que os R\$ 19,47 bilhões, também corrigidos, do leilão de Libra, de 2013, sob o regime de partilha da produção.

A quantidade de áreas arrematadas, porém, foi uma das menores entre todas as rodadas: só 12,9% dos 287 blocos tiveram ofertas —na quinta rodada, em 2003, foram 11%.

Petrobras e Exxon levaram os seis blocos de uma área com potencial de reservas no pré-sal. Foram as mais disputadas do leilão, e os valores oferecidos pelas duas empresas surpreenderam as rivais.

Na disputa que teve o maior lance, de R\$ 2,24 bilhões, a maior entre as três ofertas concorrentes foi de R\$ 443,9 milhões, feita por Shell e Repsol.

"Não pagaríamos o valor que pagamos se não achássemos que vale", disse o presidente da Petrobras, Pedro Parente. No consórcio, Petrobras e Exxon têm 50% de participação, cada uma.

Embora fiquem fora do chamado polígono do pré-sal, a ANP identificou nos blocos 11 estruturas subterrâneas que podem conter reservatórios abaixo da camada de sal.

A agência estima que as jazidas podem ter 13 bilhões de barris de petróleo, volume maior do que os 12,3 bilhões estimados para seis áreas que serão oferecidas nos leilões do pré-sal em outubro por cerca de R\$ 7 bilhões.

A Exxon levou outras quatro áreas no leilão sem a Petrobras. A empresa tem apenas duas áreas exploratórias no país e, entre as grandes companhias globais, é a única hoje fora do pré-sal.

"A Exxon estava fora do jogo. A percepção é que agora mira uma parceria estratégica com a Petrobras", comentou Alfredo Renault, professor da PUC-Rio.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simoni Kafruni

Título: Concessões rendem R\$ 16 bi ao governo

O caixa do governo ganhou fôlego de quase R\$ 16 bilhões em único dia com os leilões de quatro usinas hidrelétricas e de 287 blocos exploratórios de petróleo e gás, realizados ontem. Apesar de a equipe econômica estar contando com a receita extra para cumprir a meta fiscal, que prevê déficit de, no máximo, R\$ 159 bilhões nas contas públicas, especialistas temem que o valor não seja suficiente. Para analistas em infraestrutura, no entanto, o ágio dos leilões mostrou que o governo está no caminho certo com privatizações que despertaram o apetite de investidores estrangeiros.

No certame das usinas hidrelétricas que eram operadas pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), o valor mínimo de outorga era de R\$ 11 bilhões. Grupos da China, Bélgica e Itália arremataram os ativos por R\$ 12,13 bilhões, um ágio de 9,73%. Na 14ª rodada de licitações de petróleo e gás, que ofereceu 287 blocos de exploração, 37 foram arrematados por R\$ 3,8 bilhões. Das 17 empresas vencedoras, sete são estrangeiras.

Somente dois blocos marítimos da Bacia de Campos, levados por um consórcio da Petrobras com a ExxonMobil, que voltou a investir no país, representaram R\$ 3,6 bilhões, 95% do total. Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o ágio de 1.556% garantiu "o maior bônus de assinatura total da história". O presidente Michel Temer usou as redes sociais para comemorar. "Nós resgatamos definitivamente a confiança do mundo no Brasil", escreveu.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Simoni Kafruni**Título:** Estrangeiros levam usinas da Cemig

Especialistas consideraram um sucesso o leilão das hidrelétricas que eram operadas pela estatal mineira Cemig, mesmo com ágio de apenas 9,73%. Isso porque os quatro ativos atraíram investidores estrangeiros de peso, apesar de as concessões serem objeto de disputas judiciais. O grupo chinês State Power Investment Corp (Spic), dono da Pacific Energy, arrematou a joia da coroa, a usina de São Simão, por R\$ 7,18 bilhões. O consórcio Engie Brasil, controlado pelo maior produtor independente de energia do mundo, o grupo belga Engie, desembolsou mais de R\$ 3,5 bilhões para assumir as concessões de Jaguaré e Miranda. E a italiana Enel arrematou Volta Grande por R\$ 1,4 bilhão.

“Mesmo sem haver disputa, o resultado foi bom porque são ativos judicializados”, explicou Rômulo Mariani, sócio do escritório Souto Correa Advogados. Para Victor Kodja, presidente da plataforma eletrônica de energia BBCE, a presença de dois grupos europeus fortes e a entrada de um novo grupo chinês foram os principais aspectos positivos do leilão. “O interesse de estrangeiros é uma demonstração de que o governo está na linha certa. Mais do que quantidade, aponta para a qualidade dos investidores e abre o caminho para a privatização da Eletrobras”, analisou. A sinalização de uma menor intervenção do governo no setor, completou Kodja, aumentou o apetite dos grupos internacionais.

Na opinião de Thais Prandini, diretora da Thymos Energia, as mudanças regulatórias foram decisivas para a atratividade dos ativos. “Houve modernização, com a possibilidade de comercialização de 30% da energia para o mercado livre. Se o governo tivesse ampliado essa fatia, teria atraído ainda mais investidores”, projetou.

O grupo chinês Spic quer se consolidar no Brasil e por isso adquiriu a brasileira Pacific Energy, alertou Rodrigo Leite, especialista em infraestrutura do SVA Advogados. “Eles estavam negociando entrar pela Usina Santo Antônio e optaram por São Simão, o que é mais interessante para um grupo entrante, porque a hidrelétrica está consolidada”, destacou.

O presidente da Engie, Maurício Bähr, disse que a companhia está antecipando a reposição do portfólio, uma vez que as concessões oriundas da Gerasul, responsáveis pela geração de 2,7 gigawatts (GW), terminam em 2028. “Esses empreendimentos têm localização estratégica para nosso crescimento no Sudeste”, afirmou. Responsável pela Enel Green Power, Antonio Cammisecra

disse que a companhia pretende investir R\$ 1,4 bilhão em Volta Grande. “Esta conquista fortalece a presença da Enel no Brasil, país rico em recursos naturais, onde somos líderes no mercado de energia solar”, completou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simoni Kafruni

Título: *Perdedora*

A Cemig, que briga na Justiça para obter a renovação das concessões, chegou a pedir a suspensão do leilão. Na última hora, tentou uma capitalização de R\$ 1 bilhão para arrematar, ao menos, o ativo mais barato do certame, a usina de Miranda. Chegou a se inscrever no leilão, por meio do consórcio Aliança Geração, com 55% de participação da Vale, mas não apresentou proposta financeira. “A Cemig está com um endividamento muito alto e saiu perdendo”, avaliou Thais Prandini, diretora da Thymos Energia.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simoni Kafruni

Título: Empresas de olho no pré-sal

Mais do que o resultado da 14ª rodada de licitações de blocos para exploração de petróleo e gás, o governo comemorou a retomada de investimentos no setor, após o envolvimento da Petrobras na Operação Lava-Jato. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) destacou que o ágio de 1.556% e o bônus de assinatura de R\$ 3,84 bilhões marcam o melhor resultado da história e prenunciam um aporte de R\$ 344 bilhões no país nos próximos 10 anos. Ao todo, 20 empresas participaram dos leilões. Delas, 17 arremataram blocos, sendo 10 nacionais e sete estrangeiras.

Dos 287 blocos ofertados, apenas 37 foram arrematados, a maioria com proposta única. Além de representar a retomada dos investimentos do setor, o leilão é uma pequena mostra do que está por vir, com as próximas rodadas que envolvem áreas do pré-sal.

Para o diretor geral da ANP, Décio Oddone, os certames “atrairão centenas de bilhões de reais em investimentos e riquezas para a sociedade brasileira”. A área total arrematada foi de 25 mil quilômetros quadrados, em blocos distribuídos por 16 setores de oito bacias: Parnaíba, Potiguar, Santos, Recôncavo, Paraná, Espírito Santo, Sergipe-Alagoas e Campos.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, admitiu que um dos motivos que fez a estatal, em parceria com a gigante ExxonMobil, dar o maior lance do leilão, de R\$ 2,2 bilhões, por um dos blocos da Bacia de Campos, são as chances de ele ter reservatórios na área do pré-sal. “A área é vizinha e vamos aprofundar as explorações”, disse. “Fomos realmente seletivos, nós não ganhamos todas, perdemos uma, isso comprova que estamos pagando por aquilo que achamos que vale”, explicou.

Em comunicado, a Exxon Mobil do Brasil afirmou estar ansiosa “para trabalhar com o governo brasileiro”. “Estamos aqui há mais de 100 anos (desde 1912) e com muita disposição para escrever mais um capítulo desta rica história”, diz a nota. A empresa arrematou 10 setores, dos quais dois sozinha e oito em parceria. Do total de R\$ 3,8 bilhões em bônus de assinatura, a Exxon participa de R\$ 3,76 bilhões, a maior parte em sociedade com outras empresas.

Para Livia Amorim, sócia do escritório Souto Correia Advogados, o Brasil está empenhado em reconstruir a confiança na indústria do petróleo. “O governo fez um esforço para equilibrar as regras, com mudanças que o setor demandava há algum tempo. E houve interesse de grandes empresas estrangeiras”, avaliou. Sobre apenas 13% dos blocos terem sido arrematados, ela explicou que a baixa atratividade na exploração em terra é uma questão histórica. “Os blocos marítimos tiveram maior competição e valores mais altos”, acrescentou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel Hamilton Ferrari

Título: Meta fiscal ainda é dúvida

O governo federal comemorou o resultado melhor do que o previsto nos leilões de ontem. Analistas acreditam, porém, que a equipe econômica terá que se esforçar para cumprir a meta fiscal, que prevê déficit de até R\$ 159 bilhões nas contas federais. Eles ressaltam que, mais uma vez, o governo depende de receitas extraordinárias para fechar as contas.

A previsão inicial do governo com as vendas era arrecadar até R\$ 12 bilhões com as usinas hidrelétricas e os blocos das bacias petrolíferas, mas as concessões somaram R\$ 15,9 bilhões.

Para Jankiel Santos, economista-chefe da Banco Haitong, a tarefa é árdua. Ele acredita que o rombo no acumulado de 12 meses continuará elevado, já que os ganhos da repatriação de capitais de 2016, de mais de R\$ 40 bilhões, vão sumir do resultado. “Para ter um número semelhante neste ano, é desafiador. A tarefa ainda é muito difícil. Na minha visão, novos contingenciamentos não

estão descartados”, disse.

O economista Bráulio Borges, da LCA Consultores, destacou que o resultado positivo dos leilões não refresca em nada o quadro fiscal, uma vez que o governo ampliou o deficit da meta fiscal. “Em nenhum momento estamos ouvindo o governo falar em redução da meta, com essas receitas crescendo. As preocupações hoje não estão sendo nada republicanas”, pontuou.

Para Borges, o ágio de 1.556% com as bacias e o de 9,73% com as usinas foram positivos, mas, do ponto de vista fiscal, não serão a solução para os problemas das contas públicas. “O mais relevante é o que vai acontecer com os ativos do grupo Eletrobras no ano que vem”, disse ele, lembrando que o total pode chegar a R\$ 90 bilhões e o governo deverá ficar com a metade.

Evandro Buccini, economista-chefe da Rio Bravo, afirmou que novas receitas devem ocorrer até o fim do ano, dando fôlego às contas públicas. “Os novos ganhos devem permitir ao governo atingir a meta. A recuperação econômica é mais lenta do que desejaríamos, porque não tem bases sólidas, mas estão se construindo”, alegou.

Sucesso

Foram arrecadados R\$ 3,842 bilhões com a 14ª rodada da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e R\$ 12,13 bilhões com os leilões de quatro usinas hidrelétricas, organizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Nas projeções do governo, receita seria de até R\$ 1 bilhão e R\$ 11 bilhões, respectivamente.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, destacou que os leilões foram um “sucesso” e que o resultado confirma a trajetória de recuperação da economia do país. Segundo ele, as ofertas de grupos internacionais é um grande sinal, porque representarão mais investimentos em serviços com maior eficiência à população”. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que o resultado foi “satisfatório” e “dentro das expectativas”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel Hamilton Ferrari

Título: BNDES devolverá R\$ 33 bi ao Tesouro

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai devolver para o Tesouro Nacional R\$ 33 bilhões até amanhã. A antecipação dos R\$ 50 bilhões que serão devolvidos este ano foi aprovada pelo conselho de administração na terça-feira. Os R\$ 17 bilhões restantes serão pagos até

dezembro. Em 2018, a previsão é de que sejam devolvidos R\$ 130 bilhões. A dívida da instituição com a União somava R\$ 440 bilhões em maio deste ano — resultado de empréstimos feitos durante o governo Dilma Rousseff para que a instituição estimulasse a economia. A medida fez a dívida pública subir: atualmente, ela chega a 73% do Produto Interno Bruto (PIB).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel Hamilton Ferrari

Título: Agenda de privatizações avança

Além de garantirem quase R\$ 16 bilhões para o caixa do governo, os leilões de ontem abrem caminho para a enorme agenda de privatizações do governo Temer. No setor de energia elétrica, a equipe econômica aposta na venda da Eletrobras, na concessão de 11 lotes de transmissão, em novos leilões de blocos de petróleo e gás — dois de áreas do pré-sal ainda este ano — e no início da oferta permanente de áreas terrestres. O pacote inclui ainda a venda da loteria instantânea, a Lotex.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho, destacou que o Brasil não tem a cultura da exploração de petróleo em terra, por isso muitos blocos da rodada de ontem não foram arrematados. “Esperamos que a oferta permanente desses blocos possa fortalecer a atividade”, disse. O mundo, no entanto, está de olho na 2ª e na 3ª rodadas do pré-sal, com leilão marcado para 27 de outubro.

A 2ª rodada ofertará quatro áreas com jazidas unitizáveis, ou seja, adjacentes a campos cujos reservatórios se estendem para além da área concedida. São relativas às descobertas denominadas Gato do Mato e Carcará, e aos campos de Tartaruga Verde e Sapinhoá. A 3ª rodada terá quatro áreas nas bacias de Campos e de Santos.

Rômulo Mariani, do escritório Souto Correa Advogados, afirmou que é preciso ficar atento ao edital de privatização da Eletrobras. O governo espera pulverizar as ações, retendo uma golden share (ação que dá poder de veto) da União, o que afasta investidores como os chineses, que gostam de deter o controle. “Porém, o leilão de hoje (ontem) mostrou que existem agentes com apetite de risco”, ressaltou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Rosana Hessel Hamilton Ferrari****Título: Protestos no Rio e em São Paulo**

Os leilões foram marcados por protestos. No Rio de Janeiro, onde ocorreu a 14ª rodada de licenciamento para exploração de Petróleo e Gás Natural, a Polícia Militar foi chamada para conter um grupo de manifestantes que tentou invadir o auditório. Representantes de comunidades indígenas participaram do protesto, que criticava a exploração dos combustíveis fósseis. Seguranças do hotel onde ocorreu o leilão, na Barra da Tijuca, entraram em confronto com os manifestantes. Em São Paulo, funcionários da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) protestaram contra a venda das quatro usinas. Os manifestantes pediam a saída do presidente Michel Temer e criticaram a “venda” do patrimônio estatal. O movimento foi na avenida Barbacena. Os organizadores contabilizaram 500 pessoas.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Vicente Nunes****Título: Pela Metade**

Correio Econômico

Não há dúvidas de que o Palácio do Planalto tem bons motivos para comemorar os resultados dos leilões nas áreas de energia elétrica e petróleo, mas problemas não faltam ao governo. Além da denúncia contra o presidente Michel Temer, que está tramitando na Câmara dos Deputados, a bancada mineira prometeu barrar projetos de interesse do Executivo, pois se sentiu traída com a venda de usinas que pertenciam à Cemig. Mais: os R\$ 16 bilhões arrecadados nos leilões dão um alívio no quadro fiscal, porém, a situação das contas públicas continua dramática.

A determinação do governo é tentar minimizar os problemas e maximizar as notícias boas. É do jogo. Mas não é possível olhar apenas um lado da moeda. Na opinião do presidente da Consultoria Macroplan, Cláudio Porto, os investidores, sobretudo os estrangeiros, deram um aval de confiança importantíssimo ao país. Contudo, o Brasil está atrasado em questões vitais para garantir o

crescimento sustentado, como na reforma da Previdência Social. O que se está vendo agora é o início de uma tentativa de recuperação do terreno perdido.

Para o presidente da Macroplan, é preciso fazer um esforço redobrado no sentido de tirar as amarras do país. E o Congresso tem papel preponderante nisso. Ele acredita que o ambiente de negócios melhorou sensivelmente porque o atual governo definiu regras mais consistentes e favoráveis à iniciativa privada. Se os leilões de hidrelétricas e de campos de petróleo tivessem ocorrido, por exemplo, há dois anos, ainda na gestão de Dilma Rousseff, seriam fracassos retumbantes. “Avançamos, com certeza. O que os investidores querem é uma regulação minimamente previsível e sólida”, afirma.

A tendência é de que os próximos leilões de concessões e de privatizações atraiam mais capital estrangeiro para o país. “Há muitas boas oportunidades por aqui”, reconhece Porto. O governo, no entanto, não deve se precipitar para vender tudo o que pode apenas com a visão arrecadatória, como forma de evitar que o deficit fiscal estoure o teto fixado em lei, de R\$ 159 bilhões neste ano e em 2018. Não será com receitas extraordinárias que conseguirá resolver os problemas das contas públicas. “Na pressa, o risco de se cometer erros aumenta. Pode-se vender ativos abaixo do preço real”, alerta.

Retorno de gigantes

Além do retorno ao país de gigantes como a ExxonMobil, que, por meio de um consórcio formado com a Petrobras, arrematou áreas para exploração de petróleo na Bacia de Campos, o presidente da Macroplan chama a atenção para a ausência de movimentos estatais nos leilões. Em outros tempos, o governo teria atuado nos bastidores para arregimentar as empresas controladas pelo Tesouro Nacional e seus fundos de pensão a fim de garantir as operações. Nessa empreitada, também se abriam as portas para a corrupção.

“O governo tem que deixar o caminho livre para a iniciativa privada. É dessa forma que teremos de volta os investimentos que o Brasil necessita para crescer”, ressalta o presidente da Macroplan. Se depender apenas do consumo das famílias, que, neste momento, está sustentando o Produto Interno Bruto (PIB), o país avançará lentamente. “Não podemos esquecer que a recuperação registrada até agora é cíclica, em cima de uma base muito deprimida. A capacidade ociosa das indústrias continua elevada e as famílias só voltaram a consumir porque botaram as contas em dia” acrescenta.

Pelos cálculos de Porto, é possível que o país cresça 3% ou um pouco mais em 2018. Mas, para isso, será necessário muito mais que o sucesso dos leilões que tanto animaram o governo. Há incertezas no horizonte, a começar pelas eleições presidenciais. Para o consultor, apesar de ter diminuído o risco de o Brasil mergulhar num populismo de esquerda ou de direita, não se tem a menor

noção do que emergirá das urnas no ano que vem. Na hora de definirem suas estratégias de negócios, os investidores levam isso em consideração. Como enfatiza o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, dinheiro não aceita desaforo.

“Independentemente de todos os poréns, há sinais de esperança”, afirma Porto. Para ele, o voto de confiança dos investidores veio em boa hora. É preciso então, que governo e Congresso se entendam e façam o que é preciso ser feito para que o futuro não seja apenas um desejo. Ao menor vacilo, a maré pode virar rapidamente. Que fique claro: já perdemos tempo demais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Juliano Basile | De Washington

Título: Aço brasileiro tem prazo para escapar de tarifa americana

Representantes da indústria brasileira de aço têm até 14 de janeiro para convencer autoridades dos Estados Unidos a deixar o produto nacional de fora das medidas a serem implementadas pela Seção 232 - uma investigação conduzida pelo governo americano para verificar se as exportações de aço àquele país são uma ameaça à segurança nacional.

O Departamento de Comércio dos Estados Unidos vai concluir até aquela data um relatório indicando se há necessidade ou não de imposição de tarifas sobre o aço estrangeiro. O 14 de janeiro é visto, portanto, como o "dead line" pelos brasileiros.

O setor americano de aço quer a imposição de uma tarifa geral sobre as vendas para o país. Representantes da Associação de Produtores de Aço dos EUA defendem tarifas entre 20% a 25%. Em encontros recentes, eles não especificaram se estariam dispostos a dar exceção a países, como o Brasil.

Para dificultar ainda mais a situação dos produtores brasileiros, o presidente Donald Trump está defendendo a adoção de medidas para ampliar a produção nacional de aço e carvão.

A estratégia brasileira para retirar o país da condição de possível alvo da medida ganhou intensidade nessa semana com a visita de representantes do Instituto Aço Brasil a congressistas americanos, integrantes do governo dos Estados Unidos e interlocutores importantes com aquele país. No dia 19 de outubro, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Marcos Pereira, deverá se reunir com o secretário de Comércio americano, Wilbur Ross, para discutir o assunto.

Segundo Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil, o país não é uma ameaça aos produtores de aço americanos, já que exporta aos EUA semi-acabados que, depois, são retrabalhados pela indústria americana e revendidos ao Brasil. "Nós não queremos nenhuma proteção", completou Alexandre Lyra, presidente do conselho do Instituto Aço Brasil. "Nós estamos aqui nos Estados Unidos para dizer que somos competitivos para exportar."

Lopes disse não acreditar que os Estados Unidos imponham tarifas ao aço brasileiro em represália à tarifa de etanol imposta pelo Brasil aos americanos. "Nós não acreditamos nisso", ressaltou. "Até onde se sabe a decisão sobre o etanol foi baixada de acordo com as regras internacionais de comércio."

Para Lyra, um argumento forte a favor do Brasil é o fato de o país ter déficit comercial com os EUA e, portanto, estar fora do grupo ameaçado de imposição de tarifas por Trump, como China e México.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo

Título: Relatório projeta danos de um eventual vazamento de óleo na foz do Amazonas

Um vazamento de petróleo na bacia da foz do rio Amazonas tem até 72% de probabilidade de atingir Trinidad e Tobago, no pior cenário. Além disso, seria desastroso para a segurança alimentar e subsistência de comunidades de pescadores que vivem no Amapá e Pará. Poderia danificar seriamente uma das mais importantes descobertas da ecologia marinha das últimas décadas - os recifes de corais da foz do Amazonas.

Estes dados estão no estudo "Amazônia em águas profundas: como o petróleo ameaça os corais da Amazônia", feito por pesquisadores contratados pelo Greenpeace. O trabalho, que será lançado hoje e ao qual o **Valor** teve acesso, analisa os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) apresentados ao Ibama pelas empresas interessadas na exploração na área, a francesa Total e a britânica BP.

"O recife do Amazonas é, provavelmente, um dos maiores do mundo e é um corredor de conexão entre a fauna que ocorre no Caribe e a do Brasil", destaca o biólogo Ronaldo Francini, um dos 40 autores envolvidos com um artigo publicado na "Science Advances" e que revelou a existência do bioma nas águas turvas do encontro do rio Amazonas com o Atlântico.

"É um recife profundo, que começa em 60 metros de profundidade e vai até 200 metros", continua. Recifes com estas características são menos sensíveis à mudança do clima do que os rasos, além de serem fontes de biodiversidade e

terem potencial biotecnológico. Ele lembra ainda que no Norte do país está a segunda maior zona contínua de manguezais, que são considerados berçários de espécies marinhas. Os manguezais, somados aos recifes de corais, criam um bioma único e ainda desconhecido. "Podemos estar matando a galinha de ovos de ouro", diz ele.

Os pesquisadores apontam inconsistências nos EIA. Em agosto, o Ibama deu ultimato à Total, pedindo que a empresa responda às pendências listadas pelos técnicos da agência de licenciamento ambiental. A Total já tentou três vezes aprovar o licenciamento, mas os técnicos do Ibama consideraram os estudos de impacto inconclusivos e deficientes. "Caso o empreendedor não atenda aos pontos demandados pela equipe técnica mais uma vez, o processo de licenciamento será arquivado", avisou a presidente Suely Araújo. A maior preocupação do Ibama é o risco de um eventual vazamento causar um incidente internacional.

Até agora se conhece apenas 5% da área do recife amazônico. "Sentimos falta também de informações socioeconômicas", diz a ecóloga Verena Almeida, que analisou os EIA pela ótica socioambiental. A região é importante para a pesca de peixes como o pargo e a lagosta. "Se um problema afetar diretamente os corais, irá comprometer a vida daquelas populações", diz ela.

O grupo de pesquisadores contratados pela ONG reúne especialistas em geologia, hidrologia, biologia marinha e aspectos socioeconômicos. No estudo estão relatadas as tentativas mal-sucedidas de explorar petróleo na bacia da Foz do Amazonas. Foram 95 poços perfurados desde o fim dos anos 60. Destes, 27 foram abandonados por acidentes mecânicos. Nove empresas estrangeiras perfuraram 21 poços de prospecção e a Petrobras investiu US\$ 1 bilhão em 71 perfurações em águas rasas na região. "Ainda assim, nenhum reservatório de hidrocarbonetos, petróleo ou gás comercialmente e/ou tecnicamente viável foi encontrado até agora", diz o relatório.

"São muitos os pontos problemáticos", diz Thiago Almeida, especialista em energia do Greenpeace. O estudo destaca, por exemplo, que lugares com situação geológica pouco conhecida, onde o solo é instável e as condições oceanográficas difíceis, são algumas condições que a indústria do petróleo considera que ampliam o risco de explosão em perfurações no mar. Esses fatores "estão todos presentes nos empreendimentos na bacia da foz do Amazonas, que potencializam o risco de acidentes", diz o relatório.

"O Brasil e o mundo já têm diversas soluções energéticas para não depender das energias fósseis", diz Almeida. "Não há por que abrir nova fronteira de exploração de petróleo em um mundo que está saindo dos combustíveis fósseis."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Cláudia Schüffner, André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio****Título: ANP obtém bônus recorde na 14ª Rodada**

Com números recordes, a 14ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP) arrecadou, ontem, R\$ 3,842 bilhões em bônus de assinatura, valor que superou os R\$ 2,8 bilhões obtidos pelo governo na 11ª Rodada realizada em 2013. Ao todo, vinte empresas fizeram ofertas e arremataram 37 dos 287 blocos oferecidos, o equivalente a 12,89% do total.

A arrecadação é a maior da história da agência quando considerados os leilões de áreas exploradas sob regime de concessão. O valor só é superado pelos R\$ 15 bilhões do leilão de Libra, sob o regime de partilha de produção.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, disse que os números do leilão não deixam dúvidas quanto ao interesse das empresas pelo Brasil. "O setor de exploração 'offshore' ficou 10 anos sem leilões [com áreas] na Bacia de Campos."

Juntas num consórcio, Petrobras e Exxon Mobil arremataram seis áreas na Bacia de Campos, que renderam R\$ 3,441 bilhões em bônus para a União e responderam por quase 90% de todo o valor arrecadado no leilão. Também coube ao consórcio de gigantes o maior bônus pago por um bloco no Brasil, R\$ 2,24 bilhões, oferecidos pela área C-M-346 na Bacia de Campos. Até então, o maior bônus pago em um leilão da ANP tinha sido R\$ 350 milhões por um bloco na Foz do Amazonas em 2013.

O leilão marcou, ainda, algumas estreias: a americana Murphy Oil adquiriu, em sociedade com a Exxon e Queiroz Galvão, seus dois primeiros blocos no país, na Bacia Sergipe-Alagoas. Já a chinesa CNOOC estreia como operadora, na Bacia do Espírito Santo.

Até quem não conseguiu arrematar áreas ficou satisfeito. É o caso do presidente da Shell Brasil, Andre Araujo, que fez propostas por áreas na Bacia de Campos junto com a espanhola Repsol mas não ganhou. "Não é o que queríamos, mas estou satisfeito com o resultado. O leilão foi competitivo. Foi um bom leilão" disse Araújo.

Antecessora de Oddone na ANP, Magda Chambriard esperava uma grande procura pela Bacia de Campos. Ela considerava uma oportunidade de as empresas adquirirem blocos com potencial de descobertas no pré-sal. As áreas, que não foram oferecidas em leilões passados por veto da ex-presidente Dilma

Rousseff, estão fora do polígono oficialmente estabelecido para o pré-sal e por isso serão exploradas no regime de concessão - que possui condições consideradas mais favoráveis pela indústria.

"A Bacia de Campos tem infraestrutura instalada e a possibilidade de descobertas no pré-sal, apesar de serem de difícil interpretação", disse Magda, hoje consultora da FGV Energia. Ela também lembrou que as participações governamentais cobradas para a produção de petróleo nessas áreas variam em torno de 59%, enquanto no campo de Libra, regime de partilha, chegam a 75%.

Oddone admitiu que sua expectativa de que o leilão arrecadaria R\$ 500 milhões tinha sido conservadora, já que tomava como base resultados anteriores. Agora afirma que as estimativas de arrecadação com as próximas rodadas também cresceram. É o mesmo que espera **o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, para quem a magnitude das ofertas serve de preparação para as empresas para as próximas rodadas, tanto entre aquelas que participaram, vencedoras ou não, como as que não fizeram ofertas.

Coelho Filho lembrou que a arrecadação nas rodadas do pré-sal em outubro será fixa em R\$ 7,75 bilhões, caso todas as áreas do pré-sal sejam arrematadas. Mas disse esperar um percentual além do mínimo de óleo cedido à União, já que as áreas serão repassadas no regime de partilha. O percentual de petróleo oferecido para a União será o critério da escolha.

Questionado sobre o baixo interesse em áreas terrestres ("onshore"), o ministro disse que o governo quer estimular investimentos nesse segmento. "Espero que o leilão sirva de sinalização de que estamos cuidando do 'offshore', mas queremos de forma decisiva estimular o 'onshore' brasileiro".

Oddone antecipou ao **Valor** que vai separar as áreas de mar e terra oferecidas nos próximos leilões. Isso será feito depois que a agência colocar em oferta permanente as áreas que já tenham sido leiloadas sem terem interessados. Segundo Oddone a medida vai reduzir o número de blocos em terra nos próximos leilões, evitando resultados díspares como o da 14ª Rodada, considerada um sucesso mas com 250 blocos sem interessados. "Os próximos leilões terão menos blocos e isso vai evitar a sensação de fracasso quando na realidade o resultado é um sucesso", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Fabio Graner e Edna Simão | De Brasília

Título: Ágio fortalece liberação adicional do orçamento

O resultado dos leilões de petróleo surpreendeu a equipe econômica, que temia até uma frustração da receita de R\$ 1 bilhão originalmente prevista no Orçamento com os certames - chegou-se a falar de apenas R\$ 500 milhões em bônus de assinatura. A receita de R\$ 3,84 bilhões projetada com os bônus de assinatura, juntamente com o saldo extra de pouco mais de R\$ 1 bilhão nos leilões de venda de usinas da Cemig (cuja arrecadação total é de R\$ 12,14 bilhões), fortalece o cenário de liberação adicional de recursos do orçamento, além dos R\$ 12,8 bilhões anunciados na semana passada.

Nos bastidores já se fala em números da ordem de pelo menos R\$ 5 bilhões de liberação adicional. O governo, contudo, ainda não tem um valor definido e nem uma previsão de quando isso irá acontecer. Existe a possibilidade de um relatório extemporâneo de receitas e despesas, mas também há a possibilidade de deixarem apenas para o último relatório bimestral do ano, que tem que sair em novembro.

Segundo fontes da equipe econômica, o assunto já começará a ser discutido amanhã. Uma parte do governo defende que nova liberação ocorra apenas após a definição sobre os recursos remanescentes de precatórios não sacados que estão presos em bancos públicos, que envolvem um montante pouco superior a R\$ 2 bilhões adicionais aos R\$ 8 bilhões que já estão na conta. "Assim evita-se fazer as coisas pingadas", comenta uma fonte, destacando que nas próximas semanas já deverá ter alguma definição sobre isso.

O resultado da 14ª rodada ontem também deixou o governo mais animado quanto ao leilão de petróleo do pré-sal, a ser realizado no próximo mês, que envolve áreas de maior potencial arrecadatário para o Tesouro Nacional.

Uma fonte do setor privado concorda. E lembra que a edição recente de medidas na área de petróleo (renovação do programa Repetro e a Medida Provisória 795, que alterou a tributação do setor petrolífero, fortaleceram a demanda pelos leilões de ontem e para os próximos também, embora prejudiquem o potencial futuro de arrecadação tributária com a efetiva exploração dos campos concedidos. Segundo a fonte, desoneração promovida na MP aumentou o valor presente dos campos, o que ajudou na geração do elevado ágio a ser pago pelas empresas para obter o direito de exploração.

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto de Almeida, comemorou ontem, em sua conta na rede social Twitter, tanto o resultado dos leilões de petróleo como das hidrelétricas da Cemig. "Estou muito feliz com resultados dos leilões de petróleo e energia hoje [ontem]. Tivemos ganho extra de pelo menos R\$ 3 bilhões com os dois leilões", disse.

Ele ressaltou que há cerca de duas semanas "alguns achavam que o resultado no leilão de petróleo não daria mais de R\$ 500 milhões" e "deu quase R\$ 4 bilhões". "O leilão das hidrelétricas da Cemig também foi fantástico. Ágio de R\$ 1 bilhão mostrou que acertamos na definição da outorga mínima", comentou.

Mansueto disse ainda que "um país se beneficia da produção eficiente e tributos gerados para investir em política social. País produtor é coisa do passado".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Eletrobras sem definição

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr, afirmou ontem que não pode comentar o processo de privatização do controle da companhia, em estudo pelo governo, porque as condições para a desestatização da empresa ainda não estão definidas. "Não posso dizer [sobre privatização da Eletrobras] porque a definição não é conhecida, os prazos não estão definidos e as condições devem ser aprofundadas. Não devo falar sobre uma coisa cuja condição não existe", afirmou o executivo.

Eletrobras II

O processo de privatização das distribuidoras de energia da Eletrobras, previsto inicialmente para ocorrer até o fim deste ano, deve ficar para o primeiro trimestre de 2018, para que algumas mudanças feitas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) possam ser incorporadas, disse Paulo Pedrosa, secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia. Pedrosa lembrou que uma decisão recente da Aneel reconheceu que essas distribuidoras estão "desequilibradas" e não seriam eficientes mesmo com uma gestão ideal. Por isso, o modelo de privatização dessas empresas precisou ser ajustado, o que vai atrasar o processo em "um ou dois meses", conforme Pedrosa. O BNDES vai entregar hoje a modelagem da operação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Cláudia Schüffner e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Exxon e Petrobras são protagonistas na Bacia de Campos

A 14ª Rodada de Licitações e Blocos Exploratórios, promovida pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), foi marcada pela volta da norte-americana ExxonMobil ao mercado brasileiro. Principal protagonista do leilão de ontem, ao lado da Petrobras, a maior petroleira de capital aberto do mundo desembolsou R\$ 1,914 bilhão em bônus de assinatura para arrematar dez concessões, o que representa a metade da arrecadação do governo na licitação.

Desde que devolveu à União o bloco BM-S-22, no pré-sal da Bacia de Santos, depois de uma campanha exploratória de insucesso, no início da década, a Exxon vinha mantendo atuação tímida no país. Até ontem, o portfólio da multinacional se limitava a apenas dois blocos exploratórios nas bacias Potiguar e do Ceará, arrematados na em 2013, na 11ª Rodada.

Em meio às mudanças regulatórias recentes adotada pelo governo e ao anúncio do calendário plurianual de rodadas, a Exxon decidiu então fortalecer sua presença no mercado brasileiro. A companhia vinha se preparando há meses para a licitações deste ano e chegou a manifestar publicamente a intenção de voltar a apostar no país.

Bônus de assinatura altos pagos pela estatal estão na capacidade de investimentos da empresa, disse Parente

O foco da empresa está em águas profundas. Ao todo, arrematou dois blocos na Bacia Sergipe-Alagoas, como operadora (50%), ao lado da Queiroz Galvão Exploração e Produção (30%) e sua conterrânea Murphy Oil (20%). Já na Bacia de Campos, a petroleira levou dois blocos, sozinha, e mais seis em parceria com a Petrobras, numa sociedade 50%/50%, tendo a estatal brasileira como operadora.

"A Exxon levou em consideração o conhecimento detido pela Petrobras na Bacia de Campos ao se associar a ela", disse Anderson Dutra, sócio de óleo e gás da KPMG.

Em comunicado enviado à imprensa, a Exxon se disse estar "ansiosa" para "trabalhar com o governo brasileiro e parceiros" a fim de desenvolver exploração nos blocos arrematados na 14ª Rodada. "A ExxonMobil tem uma longa história com o Brasil. Estamos aqui há mais de 100 anos (desde 1912) e com muita disposição para escrever mais um capítulo desta rica história", informou a companhia.

A disposição se traduziu nos altos bônus de assinatura pagos pelos ativos. O consórcio formado com a Petrobras chegou a oferecer um bônus 18 vezes maior que a segunda melhor proposta. Em duas ocasiões, as empresas pagaram um bônus acima de R\$ 1 bilhão (para o bloco C-M-346, dispenderam R\$ 2,2 bilhões,

o maior bônus para uma área em leilão sob regime de concessões). Os blocos de Campos estão próximos do polígono do pré-sal e têm potencial para descobertas na camada abaixo do sal.

Questionado sobre a diferença para a concorrência, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse que os altos bônus de assinatura pagos pela estatal estão dentro da capacidade de investimentos da companhia. Segundo ele, a empresa não pagaria os valores pagos se não tivesse informações que demonstrassem o quanto as áreas arrematadas valem a pena.

"Quando a gente entra num processo [competitivo como esse] ninguém sabe o lance que o outro vai dar. O que é fundamental nesse trabalho é saber qual é o nosso limite. E avaliar na medida do possível qual vai ser o nível de competição que vamos ter nesse leilão. Está absolutamente dentro do limite aprovado no nosso conselho de administração", disse Parente, a jornalistas, após a 14ª Rodada.

Na avaliação de Dutra, da KPMG, a diferença nos bônus pagos pela Petrobras e Exxon, na comparação com os concorrentes, sinaliza que as demais petroleiras, em certa medida, não esperavam uma ofensiva tão forte da estatal na licitação. Segundo ele, a brasileira tem expertise em operar na Bacia de Campos e as informações detidas pela companhia na região reduzem os riscos exploratórios e devem indicar uma grade potencial de descobertas na área. "A Petrobras se posicionou para evitar a concorrência", comentou.

O executivo destacou os benefícios da parceria com a Exxon, na divisão de riscos e investimentos, e disse que a parceria com a americana é um costume "usual e regulado internacionalmente", e algo a ser valorizado. Ao ser questionado se a Exxon poderia "carregar" a estatal nos investimentos nas áreas arrematadas na 14ª Rodada, Parente afirmou que "não há nada negociado".

O executivo disse, ainda, que a decisão da companhia de entrar como operadora nas áreas arrematadas em Campos foi tomada em conjunto com a parceira e não uma imposição da estatal. "Não existe possibilidade de imposições quando se constrói uma parceria. Uma parceria com uma empresa do porte e qualidade da Exxon tem que levar os prós e contras e as conveniências dos dois lados", disse.

Na avaliação de Parente, a experiência da Petrobras no offshore brasileiro "naturalmente contou" na decisão da Exxon de se aliar à estatal. "Nas conversas com o parceiro chegou-se à conclusão de que nesse momento o mais adequado seria a Petrobras ser operadora", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia, Fernanda Pires, Luciano Máximo e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio****Título: Hidrelétricas da Cemig são vendidas por R\$ 12 bilhões**

O leilão de venda de quatro hidrelétricas realizado ontem pelo governo federal em São Paulo foi um sucesso mesmo com a névoa de insegurança criada pela Cemig, que tentou impedir a realização do certame até o último instante. Entre um lote e outro, as vozes dos poucos manifestantes contrários à privatização do lado de fora da B3 muitas vezes se sobressaíam em relação aos anúncios de abertura dos envelopes, mas isso não reduziu o interesse dos investidores pelos ativos ofertados. O governo conseguiu arrecadar R\$ 12 bilhões em outorgas, ágio de R\$ 1 bilhão em relação ao mínimo esperado.

O maior destaque foi a atuação da chinesa SPIC Overseas, que arrematou a concessão de São Simão, a maior das usinas ofertadas, e se comprometeu a pagar R\$ 7,18 bilhões em outorga, ágio de 6,51% ante o montante mínimo estabelecido pelo governo, de R\$ 6,7 bilhões.

Até então, a companhia tinha uma atuação discreta no Brasil, por meio da Pacific Hydro, que foi adquirida pela chinesa no começo do ano, e que opera dois parques eólicos no Nordeste, que somam 58 megawatts (MW) de potência. A SPIC Overseas, porém, vinha tentando se consolidar no Brasil há um certo tempo.

A companhia chinesa estava negociando com Odebrecht e Cemig a aquisição da participação das duas na megausina de Santo Antonio, no rio Madeira (RO), mas as tratativas foram suspensas há pouco mais de um mês por não haver um acordo sobre as condições da transação.

Depois de arrematar a concessão de São Simão ontem, no único lance pela hidrelétrica, a SPIC, que aparentava ter fôlego para levar todos os ativos licitados, retirou as propostas pelas demais usinas. Isso se explica pelo perfil das grandes empresas chinesas, que se concentram na gestão de grandes ativos, e não de médio porte como é o caso de Jaguará, Miranda e Volta Grande.

As três hidrelétricas ficaram com estrangeiras já veteranas no Brasil. A franco-belga Engie levou as usinas de Jaguará e Miranda, ao desembolsar, respectivamente, R\$ 2,171 bilhões e R\$ 1,36 bilhões por cada uma, ágio de 13,59% e 22,43. A italiana Enel também fez lances pelas duas usinas, mas foi derrotada. No caso de Volta Grande, a Enel foi a única a fazer oferta, de uma outorga de R\$ 1,292 bilhão, prêmio de 9,85%.

"O leilão foi 100% bem-sucedido. Houve ofertas pelos quatro lotes, e não era um leilão qualquer, o valor mínimo [da outorga] era de R\$ 11 bilhões", disse Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. Segundo ele, a expectativa não era de um "ágio estratosférico", justamente pelo valor mínimo já ser muito alto.

A avaliação de que a disputa foi um sucesso é compartilhada por Thais Prandini, diretora da consultoria Thymos Energia. "Claro, se o governo fizer aprimoramentos vai conseguir mais investidores [em outros leilões]. Mas foi considerado um sucesso, todas as usinas foram vendidas com ágio interessante", disse.

Até a noite de terça-feira, ainda havia incerteza se o leilão iria de fato ocorrer. O ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), negou no fim daquele dia o pedido da Cemig para suspender a disputa. A estatal recorreu contra a decisão na manhã de ontem, mas o mérito ainda não foi apreciado.

O secretário especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Adalberto Vasconcelos, lembrou ainda que há um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que determinou que o leilão era o caminho "adequado" para as hidrelétricas.

Os riscos jurídicos associados às tentativas da Cemig de manter as concessões, impedir ou cancelar o leilão eram vistos como obstáculos ao sucesso do certame. Para advogados com atuação na área, a estatal mineira vai seguir tentando anular o resultado, mas ainda assim o risco é considerado pequeno. Isso porque já há um entendimento do STF de que não há guarida no argumento da companhia de que a renovação do prazo das concessões de São Simão, Miranda e Jaguará deveria ser automática, pois se trata de uma possibilidade e não algo mandatório.

O segundo ponto que leva os advogados a considerarem baixas as chances de sucesso de uma investida jurídica da Cemig contra o leilão é o fato de o certame ter sido bem-sucedido. "Foi legítimo, não teve vícios, foi realizado de forma transparente e pública. O terceiro de boa-fé não pode ser afetado por um eventual pleito da Cemig", diz um especialista que pediu para não ser identificado. No limite, se for o caso, a estatal mineira poderia ser indenizada por perdas e danos se tivesse algum direito.

A avaliação de que a percepção de risco dos investidores era baixa também foi feita no Ministério de Minas e Energia. O secretário-executivo da pasta, Paulo Pedrosa, afirmou em entrevista à imprensa após o certame que "a resposta está dada pela presença dos investidores, que fizeram propostas concretas de valor significativo."

Os executivos que estavam representando as companhias vencedoras também ressaltaram não ver riscos. A presidente no Brasil da Pacific Hydro, controlada da SPIC, disse que a participação no certame mostrou a disposição da empresa de investir no país, assim como sua confiança nas instituições brasileiras, apesar da desconfiança quanto aos rumos das conversas entre a Cemig e o governo em torno de um acordo para tirar usinas da disputa.

Também presente ontem, Guanhua Li, diretor-executivo do departamento de estratégia da chinesa, disse estar "feliz e confiante no Brasil como parceiro econômico no setor elétrico."

Em nota, o presidente da Enel no Brasil, Carlo Zorzoli, comemorou a vitória e disse que o leilão demonstrou que a italiana continua com uma estratégia de crescimento de longo prazo no país.

As duas empresas não quiseram comentar sobre as estratégias de financiamento para o leilão. Já a Engie declarou que vai utilizar o mercado financeiro. "Já temos bancos oferecendo [propostas]. Vamos buscar financiamento de custo baixo e prazo longo. Estamos discutindo detalhes com quatro ou cinco bancos", disse, ao **Valor**, Maurício Bähr, presidente do grupo Engie no Brasil. A companhia é controladora da Engie Brasil Energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza, Camila Maia e Fernanda Pires | De Belo Horizonte e São Paulo

Título: Estatal mineira deve focar na venda de outros ativos

Ao não conseguir participar do leilão das quatro hidrelétricas, a Cemig perdeu um terço da sua capacidade instalada. Mas também evitou aumentar ainda mais seu já elevado endividamento, o que sempre preocupou os investidores. Desde que a estatal mineira divulgou seu plano de venda de ativos, não chegou a anunciar nenhuma operação relevante, apenas intenções. Se a companhia conseguisse financiamento para pagar a outorga bilionária das usinas, a mensagem ao mercado seria contraditória e danosa à imagem da companhia.

O lado negativo da devolução definitiva das usinas - que estão sendo operadas pela Cemig desde o início do ano por uma receita para manutenção dos ativos - será um faturamento menor em comparação com a registrada até o fim de 2016. Até então, a estatal vinha explorando as hidrelétricas sem contratos, liquidando a energia no mercado livre.

Segundo Adézio Lima, diretor financeiro da Cemig, a tarefa da empresa será conseguir manter lucros equivalentes aos de antes da perda das usinas. Investimentos em geração eólica ou compartilhada não darão à empresa - ao menos no curto e médio prazo - a mesma capacidade de geração. "Não há mais espaço no Brasil para novos parques de geração hídrica."

Mesmo sem essas hidrelétricas, a companhia continua relevante no setor elétrico. Deixará de ser a segunda maior elétrica em termos de potência instalada, mas ainda tem um parque gerador considerável, atuação forte em transmissão de energia, sem falar na concessão de distribuição em quase todo o Estado de Minas Gerais. Além disso, a Cemig tem atuação em outras áreas, como a Gasmig, a Cemig Telecom, e uma área crescente de distribuição, sem falar nas participações na Light e na Renova Energia.

O desafio agora é fazer o dever de casa, e cumprir finalmente o plano de venda de ativos.

Segundo Lima, entre abril e maio de 2018 a Cemig já deve ter em seu caixa valores referentes à venda da Light e da Renova. "No caso da Light, há seis investidores fazendo análise da empresa e no caso da Renova, a Brookfield [gestora de ativos] está fazendo o due diligence para em seguida discutir uma proposta", disse.

Outra operação importante e que parecia avançada perdeu embalo. Era a venda da fatia que a Cemig detinha na usina de Santo Antônio, em Rondônia. Os chineses da SPIC e a Cemig, disse Lima, já estavam na fase de fechamento de detalhes do contrato quando as negociações mudaram e foram suspensas há mais de um mês.

Em relação às hidrelétricas licitadas ontem, Lima disse que a Cemig calcula que tem a receber R\$ 5 bilhões em indenizações por investimentos não amortizados. "O governo nos propôs R\$ 1,25 bilhão." Lima contou ainda nunca ter acreditado que o governo federal tinha interesse em negociar um acordo. "Eu era muito cético. Eles enrolaram a gente o tempo todo. Queriam negociar, negociar e nunca aceitavam [de fato as condições de conversa]", disse. A Cemig, informou ele, vai continuar brigando na Justiça pelo que acredita ser seu direito de renovar por mais 20 anos as concessões de Jaguara, Miranda e São Simão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo.

Título: Paranapanema vai investir para ganhar em custos e margens

Passado o longo e complexo processo de reestruturação financeira, a fabricante de produtos de cobre Paranapanema quer investir para cortar gargalos na produção e se aproveitar dos sinais de recuperação do mercado para diminuir a ociosidade de suas unidades e melhorar suas margens.

Em entrevista ao **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, o presidente da companhia, Marcos Camara, disse que em novembro deve ser aprovado o orçamento de 2018, com as primeiras ações nesse sentido. Em junho, o conselho de administração já votou a favor de um plano de negócios de cinco anos que busca resultados mais saudáveis para a empresa.

O primeiro passo é separar cerca de US\$ 60 milhões para preparar a fábrica de Dias D'Ávila (BA) para mudar o mix de matéria-prima que usa na fundição. Atualmente, de uma capacidade instalada total de 280 mil toneladas anuais nos fornos, 71% vêm de concentrados de cobre e o restante, de sucata. A ideia é que o investimento eleve a proporção dos concentrados para até 86%.

"O concentrado tem maior valor agregado, trazendo contribuição de margem", explica Camara. "No produto feito com concentrado está embutido o prêmio de transformação, a receita de coproduto, entres outros benefícios", acrescenta. O processo de "desgargalamento" pode durar até três anos para ser concluído.

Esse ganho de rentabilidade será importante para a Paranapanema se sustentar financeiramente - e evitar que lá na frente outra reestruturação seja necessária. O aumento de capital e a conversão de dívida/debêntures em ações garantiram R\$ 712 milhões e as obrigações caíram para R\$ 2,1 bilhões. Com isso, a dívida líquida deve passar de R\$ 2,3 bilhões para R\$ 1,6 bilhão.

Mesmo assim, o balanço está longe do ideal. Com prazo médio de 4,5 anos para pagar os vencimentos - ante quase 80% no curto prazo anteriormente - e carência de um ano para juros e 2,5 anos para quitar o principal, terá um tempo para arrumar a casa.

"Temos que assegurar essa sustentabilidade, aumentar nosso resultado para recuperarmos o posto que é nosso no mercado", afirma o executivo. "Foi um processo de recuperação extrajudicial extremamente complexo, com participação de 11 diferentes bancos, de diferentes origens, novos acionistas. Agora é voltar para o jogo buscando resultado."

A ideia de Camara é crescer em busca de uma margem sobre o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) próxima de 10%. Vendas ainda baixas e gastos com ociosidade dos equipamentos levaram a empresa a Ebitda negativo de R\$ 27,5 milhões no segundo trimestre. Em 2016, a margem foi de 7,4%.

A recuperação nas vendas, relata o presidente da Paranapanema, começa a vir principalmente da demanda pelos setores automotivo e de refrigeração. "Nossa fábrica de Utinga [SP], destinada ao mercado interno, contratou cem funcionários neste ano por conta dos sinais positivos. "Até o fim do ano esperamos contratar mais 40", diz. Esse maior aquecimento da unidade diminuiu a ociosidade na planta quase pela metade, chegando a cerca de 30% agora.

Os setores de construção civil e infraestrutura, contudo, que compram principalmente vergalhões e fios, ainda estão fracos. O caminho é "longo" para a ser percorrido nessas áreas, opina o executivo.

Ao exterior, para onde comercializa especialmente cobre primário - cotado na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês) - também há boa perspectiva. "O equilíbrio entre oferta e demanda no mundo está bem apertado", diz Camara. "Metade do cobre consumido no mundo vem de 15 minas, que estão em processo de exaustão e precisarão ser substituídas. Isso dá uma sustentação aos preços em pelo menos US\$ 6.000 por tonelada."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | São Paulo

Título: Cresce fila de grupos que olham a Braskem

Prevista para ocorrer no próximo ano, a venda de uma fatia da petroquímica Braskem, controlada por Odebrecht e Petrobras, promete ser disputada. A fila de potenciais interessados acaba de crescer, após a Itaúsa, holding que controla o Itaú Unibanco e empresas industriais como Duratex e Elekeiroz, sinalizar publicamente que olha o ativo. Em encontro com analistas, na terça-feira, o presidente Alfredo Setúbal afirmou que pode avaliar a participação em um consórcio para comprar uma parcela da empresa, relatou a Reuters.

A holding se junta a outros grandes nomes que seriam interessados na Braskem, como Exxon, Shell, LyondellBasell e Dow Chemical, além de Saudi Aramco, petroleiras chinesas e fundos de investimento.

No caso da Itaúsa, avalia uma fonte, a eventual compra de participação daria musculatura a sua presença na indústria petroquímica. É dona da Elekeiroz, que faz diversos tipos de plastificantes e insumos para solventes, Compra matéria-prima da Braskem. Mas a operação é muito pequena.

"A Elekeiroz não parece argumento para a compra da Braskem", diz a fonte. Para esse interlocutor, a Itaúsa pode ter manifestado o interesse já em contato

com outros interessados e, assim como fez com a compra de participações na Alpargatas e na Nova Transportadora Sudeste (NTS), estar avaliando novos segmentos onde possa alocar recursos diante da queda dos juros.

De fato, a Elekeiroz ainda é inexpressiva se considerados os ativos totais da Itaúsa - R\$ 1,36 trilhão na área financeira em junho, R\$ 9,09 bilhões da Duratex, R\$ 424 milhões da companhia e R\$ 102 milhões da Itaotec. A empresa compra matéria-prima, propeno, em Camaçari.

Outra fonte diz que nas últimas semanas o Itaú BBA intensificou a consulta a executivos sobre Braskem e as perspectivas da petroquímica.

A Petrobras busca iniciar o processo de venda de suas ações de Braskem ainda em 2017, apurou o **Valor**. Segundo fontes a par das negociações, a Odebrecht e a estatal, avançam as conversas acerca de um novo acordo de acionistas, que é fundamental para a transação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Troca de bônus da Petrobras

A Petrobras teve adesão de US\$ 6,77 bilhões em sua oferta de troca de bônus com vencimento em 2019, 2020 e 2021 por novos bônus com prazo em 2025 e 2028. Para honrar a operação, a companhia emitirá US\$ 7,6 bilhões em novos títulos de sete e dez anos, valor que inclui prêmio pago sobre o valor dos títulos antigos. Ao considerar a emissão de US\$ 2 bilhões da última semana, que serviu de parâmetro para a oferta de troca, a emissão chega a US\$ 9,6 bilhões. A petroleira anunciou também o resultado da sua oferta de recompra para os mesmos bônus que foram objeto da troca. A empresa teve adesão de US\$ 210,1 milhões. **(Daniela Meibak)**

Arábia Saudita capta

A Arábia Saudita captou US\$ 12,5 bilhões para reforçar suas finanças. O reino deverá vender US\$ 3 bilhões de bônus de cinco anos a 110 pontos-base "over Treasury" (acima do rendimento dos títulos do Tesouro dos EUA de vencimento similar) e US\$ 5 bilhões em títulos de dez anos a 145 pontos-base. Também emitirá US\$ 4,5 bilhões de títulos de 30 anos, a 180 pontos-base sobre o Treasury. A Arábia Saudita e outros grandes exportadores de petróleo do Golfo Pérsico voltaram-se para os mercados internacionais de dívida para conciliar os

déficits orçamentários causados pela queda do petróleo desde 2014. Essa é a terceira incursão da Arábia Saudita nos mercados internacionais desde o último trimestre de 2016, quando captou US\$ 17,5 bilhões, seguida da emissão de US\$ 9 bilhões de títulos islâmicos no início deste ano. **(Dow Jones Newswires)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia, Fernanda Pires, Luciano Máximo, Rodrigo Polito, André Ramalho e Claudia Schuffner | De São Paulo e do Rio

Título: Leilões superam expectativa e geram R\$ 15,8 bi à União

Em mais uma demonstração de confiança das empresas estrangeiras na recuperação da economia brasileira, os leilões de usinas hidrelétricas e de blocos para exploração de petróleo realizados ontem superaram, com folga, as expectativas. No caso da relicitação das usinas, o governo federal conseguiu arrecadar R\$ 12 bilhões em outorgas, R\$ 1 bilhão acima do valor mínimo. Já a 14ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP) gerou R\$ 3,84 bilhões ao Tesouro Nacional, mais de R\$ 3 bilhões além do esperado.

O maior destaque do leilão das usinas que pertenciam à estatal mineira Cemig foi a chinesa SPIC Overseas, que arrematou a concessão de São Simão, a maior das quatro hidrelétricas ofertadas. A empresa se comprometeu a pagar R\$ 7,18 bilhões em outorga, com ágio de 6,51% sobre o valor mínimo estabelecido pelo governo.

A SPIC Overseas tinha atuação discreta no Brasil, por meio da Pacific Hydro, adquirida no início deste ano. A empresa opera dois parques eólicos no Nordeste, que somam apenas 58 megawatts (MW) de potência. Os chineses vinham negociando com Odebrecht e Cemig a compra de suas participações na usina de Santo Antônio, no rio Madeira (RO), mas as negociações foram suspensas há pouco mais de um mês por falta de acordo.

As outras três hidrelétricas foram arrematadas por estrangeiras já veteranas no Brasil. A franco-belga Engie ficou com as usinas de Jaguará e Miranda - respectivamente, por R\$ 2,17 bilhões e R\$ 1,36 bilhão, ágios de 13,59% e 22,43%. No caso de Volta Grande, a italiana Enel foi a única a apresentar oferta. Vai pagar outorga de R\$ 1,29 bilhão, ágio de 9,85%.

Nos leilões da ANP - o primeiro de exploração "offshore" em dez anos na Bacia de Campos -, o consórcio formado por Exxon Mobil e Petrobras arrematou seis áreas. O valor arrecadado é o maior da história quando considerados os leilões sob o regime de concessão. A disputa marcou a volta da Exxon ao Brasil, além das estreias da americana Murphy Oil e da chinesa CNOOC.

MME / ASCOM .